

MERCADO DO BOLHÃO: PATRIMÓNIO E IDENTIDADE

Rita Barata Fernandes Gomes de Castro | Dissertação de Mestrado | FAUP 2009

Docente Acompanhante: Arq. Manuel Correia Fernandes

ABSTRACT

ABSTRACT

ABSTRACT

Conceptualmente, segundo a sua definição clássica, o património refere-se à herança que o passado nos delega e que transmitimos a gerações futuras. Sendo esta definição válida ainda nos dias de hoje, não chega, no entanto, encarar o património como sendo apenas os vestígios tangíveis do processo histórico. Todas as manifestações culturais criadas pelo Homem, têm uma existência - física ou intelectual - num determinado espaço e/ou num determinado tempo. Manifestações essas que ou se destroem e extinguem, esgotadas que estão no seu próprio significado e funcionalidade, ou perduram sobrevivendo aos seus criadores e à sua época, acumulando-se a outras expressões culturais. E através da dinâmica da existência, estas manifestações e experiências do passado nutrem, pela sua permanência no tempo, a criatividade de novas gerações de pensadores e criadores, num permanente sentido de evolução. E assim a cultura flui.

A memória colectiva, delineada pelo passar do tempo, não passa de uma viagem através da história, revisitada e vivida no tempo presente através de legados materiais e imateriais. Reforçando e simbolizando o sentimento de identidade, este mesmo legado alimenta o Homem de uma confortável sensação de permanência e continuidade no tempo.

Sabendo que conservar é “guardar bem; não perder; reter na memória”, há que fazer uma retrospectiva na nossa existência e verificar que a memória é aquilo que faz perpetuar de forma irreversível o nosso passado, trazendo-o até ao tempo presente. Transpondo esta linha de pensamento ao património edificado, pela sua essência histórica, material e funcional faz com que a sua permanência seja o reflexo de uma época e/ou de um autor, a partir do momento em que “existe” e inicia o seu percurso no tempo.

Para que essa essencialidade perdure e se conserve, é inevitável um constante sentido de metamorfose, que permita moldar o património às exigências que mundo moderno impõe, tornando-se esta necessidade de mutação uma evidencia incontornável. Tal sentido metamórfico pode ser praticado, de forma genérica, através de dois tipos de acções: a conservação pela conversão e a conservação pela transformação. Ambas as acções implicam mudança de matéria, mas só a segunda implica mudança de forma. Entre estas duas realidades convergentes assenta a actual discussão sobre como se deve intervir (ou não intervir) no património.

Tempo actual em que o passado é a verdade irrefutável, o presente um instante fugaz e o futuro uma constante incerteza.

ABSTRACT

Conceptually, according to its classic definition, patrimony refers to the heritage delegated to us by the past, and that we pass on to future generations. In spite of being a valid definition, however, it's not enough to consider patrimony merely as the tangible marks in the historical process. Every cultural manifestations created by Man, have an existence - physical or intellectual - in a specific time and/or place. These manifestations are destroyed and extinguished, exhausted in their own significance and functionality, or persist by surviving to their own creators and era, joining other cultural expressions. And through the dynamics of existence, these manifestations and experiences of the past feed the creativity of new generations of thinkers and creators, in a permanent evolution way, because of their permanence in time. And that is how the culture flows.

The collective memory, outlined by the passage of time, it's nothing but a journey through history, revisited and lived at the present through tangible and intangible legacies. Strengthening and symbolizing the sense of identity, this same legacy supports Man's comfortable feeling of permanence and continuity of time.

Knowing that to preserve is "to save well; not to lose, retain in memory", we must contemplate the past of our existence and recognize that memory is what makes our past perpetuate irreversibly, bringing it up to the present. By transposing this line of thought to the edified patrimony, its historical, material and functional essence, causes its permanency to be the reflex of an era and/or an author, from the moment when it "starts to exist" and begins its journey over time.

In order to continue and maintain that essentiality, it's inevitable a constant sense of metamorphosis that permits to shape the patrimony to the requirements imposed by the modern world, making this call for mutation unavoidable evidence. This metamorphic sense can be practiced generically through two types of actions: conservation by conversion and conservation by transformation. Both actions imply material changes, but only the second imply shape changes. The current discussion about how to intervene (or not intervene) in the patrimony is based between these two converging realities.

Current time in which the past is the irrefutable truth, the present is a fleeting moment and the future a constant uncertainty.

0 - OBJECTIVO E METODOLOGIA (6)

1 - VALOR HISTÓRICO E PATRIMONIAL

1.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E URBANA (11)

1.1.1 - O Mercado do Bolhão (16)

1.1.2 - O Mercado do Bolhão no presente (23)

1.2 - OS MERCADOS E A SUA ACTUAL POSIÇÃO NA CIDADE (29)

1.2.1 - O Mercado do Bom Sucesso (31)

1.2.2 - O Mercado Ferreira Borges (32)

1.2.3 - O Mercado de São Sebastião (33)

1.2.4 - O Mercado da Ribeira (33)

1.2.5 - Mercados de Levante (34)

1.3 - PATRIMÓNIO EDIFICADO (35)

1.3.1 - Critérios gerais de classificação (39)

1.3.2 - Conservação e gestão do património (44)

2 - CONVERGÊNCIAS

2.1 - CONSERVAÇÃO E CONVERSÃO (47)

2.2 - TRANSIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO (53)

2.3 - INOVAÇÃO E CONTINUIDADE (58)

3 - IDENTIDADE URBANA

3.1 - IDENTIDADE PERDIDA E IDENTIDADE RENOVADA (63)

3.2 - MÉTODOS DE APROXIMAÇÃO E FORMAS DE ACTUAR (68)

4 - BIBLIOGRAFIA (74)

5- ÍNDICE DE IMAGENS (79)

6- AGRADECIMENTOS (82)

0

OBJECTIVO E METODOLOGIA

OBJECTIVO

“O olhar arquitectónico deve ser algo eminentemente selectivo; o que se vê depende do que se sabe. Deste modo, conhecendo os valores patrimoniais e divulgando-se esse conhecimento, promove-se uma maior e mais democrática partilha de decisões de salvaguarda. Destruir por ignorância ou por incapacidade não tem o mesmo peso social que destruir por opção consciente.”¹ Todas estas premissas e opções estão umbilicalmente ligadas à questão patrimonial. A discussão e a pertinência do tema surgem no confronto entre a actual necessidade de reutilização programática e da salvaguarda dos valores do património urbano, provocando muitas vezes um conflito entre (re)conversão e transformação.

Procuro, então, fazer uma justa e adequada interpretação do património, explorando como ponto central o conceito de identidade urbana. Proponho-me abordar o problema da conservação da identidade e imagem urbanas, num caso de estudo específico – o Mercado do Bolhão. Toda a polémica gerada em torno da conservação deste indubitavelmente simbólico edifício, surge como um excelente exemplo no qual centrar e apoiar esta problemática. Convergências tais como “valor patrimonial e valor histórico”, “conservação e conversão”, “transição e transformação”, e “inovação e continuidade” servirão de base ao argumento desta dissertação surgindo sob a forma de capítulos.

Sendo um dos objectivos fulcrais da conservação do património urbano o salvaguardar a “identidade” e o “ambiente” da cidade histórica, surgem como questões-tema as seguintes interrogações: Quais são as relações entre imagem, função e identidade urbana? Até que ponto a imagem contribui para a identidade da cidade e da arquitectura histórica? Qual o valor específico, em termos patrimoniais e arquitectónicos, dessa identidade e de que forma concorre para definir um “ambiente” urbano de natureza histórica?

No conhecido *Genius Loci*, Norberg-Schulz desenvolveu uma das primeiras teses, no campo da teoria e da história da arquitectura, sobre o tema da identidade: “No passado, o *lugar* era comumente entendido como parte da realidade. Não se sentia necessidade de falar da sua natureza ou importância: esse lugar estava simplesmente lá (...). Então era mais do que natural dizer-se: os acontecimentos *têm lugar*, e esta expressão ainda hoje em uso, demonstra como a vida

¹ AGUIAR, José, *Cor e Cidade Histórica: Estudos Cromáticos e Conservação do Património*. FAUP Publicações, Porto, 2005

e o lugar são inseparáveis: um *unicum* indivisível. (...) Ter uma identidade significa, de facto, ter tomado posse de um mundo compreendido com um acto de identificação.”²

Hoje, comumente se reconhece um sentido de “perda de lugar”, uma certa crise urbana. Dentro da própria cidade os espaços urbanos ou arquitectónicos perdem coerência e tornam-se abstractos: a estrada substitui a rua; o fórum deixa de ser a praça urbana e é agora substituído por uma rede de equipamentos mais ou menos distantes (os centros comerciais), servidos por intermináveis redes de infra-estruturas (como as radiais e as circulares).

É sabido que a qualidade das intervenções de planeamento e de projecto em núcleos ou edifícios históricos depende do respeito pelos seus valores identitários. Há então que considerar que a identidade de uma cidade pode resultar daquilo que a cidade decide ser, do papel que escolhe representar ao longo do tempo. Isto porque, permanentemente, se solicitam mutações no que respeita ao entender do passado histórico e ao método de evolução urbana.

Se por um lado parece haver uma certa aversão ao que é novo, num amor excessivo pelo passado e no eterno medo de destruir o que fez parte de outra época; por outro, existe também o sentimento de aversão ao que é velho, traduzido na ânsia de construir de novo, construir mais, mais moderno e maior. Fundamental, é encontrar um meio-termo justo e que se revele eficaz, com suficiente capacidade de adaptabilidade ao problema que enfrenta; acreditando sempre que a qualidade das intervenções reside no respeito pelos seus valores identitários.

É necessária uma correcta evolução do património, capaz de perpetuar os símbolos e a memória do passado, capaz de se adequar ao tempo presente, e com capacidade de mutação relativa ao tempo futuro.

É ainda objectivo criar um glossário capaz de traduzir todo o processo decorrido desde o início da discussão que se tem vivido em torno do Mercado do Bolhão até ao tempo presente

² NORBERG-SCHULZ, Christian, *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*. Rizzoli, New York, 1980. (tradução livre)

METODOLOGIA

A presente dissertação pretende desenvolver-se, em termos metodológicos, segundo duas componentes fundamentais: uma expositiva e factual, outra analítica e especulativa.

A primeira será na qual se relata a história da evolução dos espaços de mercado - e em particular do Mercado do Bolhão - ao longo do tempo, e onde se identificam as premissas respeitantes ao valor patrimonial, como sendo a sua definição, os critérios de classificação e os métodos para a sua gestão.

A segunda componente, analítica e especulativa, decorre do estudo e acompanhamento de outras experiências de conservação, conversão e transformação, e pretende desenvolver hipóteses no sentido de apontar aplicações práticas necessárias e possíveis.

Estruturalmente, desenvolvo esta exposição escrita em três capítulos.

Um primeiro que aborda as questões do valor patrimonial e do valor histórico, abrangendo três subcapítulos: um de contextualização histórico e urbana, outro sobre os mercados e a sua actual posição na cidade do Porto e um terceiro de esclarecimento da definição, critérios e gestão do que é Património.

Num segundo capítulo surgirá a exploração das principais questões-tema, apresentando-se como um balanço de divergências já acima referidas (conservação e conversão, transição e transformação, inovação e continuidade), procurando uma visão esclarecedora e abrangente de cada uma destas paridades.

No capítulo final a presente dissertação incide sobre o que considero ser um ponto conclusivo dos assuntos exposto até então: a identidade urbana. De que forma o carácter identitário se cria, desenvolve e se faz sentir? De que forma se poderá elaborar uma intervenção de reabilitação urbana e programática de forma verdadeiramente correctiva? Sabendo que hoje a forma como a sociedade se relaciona com o passado é intimamente influenciada pelo dinamismo que a caracteriza (impulsionado pela velocidade da mudança social actual), inevitavelmente os modelos de identificação outrora estabelecidos com o passado - a tradição, por assim dizer - perdem continuidade. Como resultado final, o pretendido é expor aprofundadamente de que forma se poderá contribuir para a promoção do valor deste riquíssimo Património Cultural, evitando a sua degradação enquanto símbolo da cidade e a sua desvalorização cultural.

1.

VALOR HISTÓRICO E PATRIMONIAL

1.1

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E URBANA

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E URBANA

“Sempre houve a necessidade de assegurar o abastecimento dos cidadãos em boas condições de acessibilidade, quantidade e preço”³

Assim surge o espaço de mercado como área de trocas e ponto de encontro de excelência, sempre em posição central relativamente à cidade, deixando pouco clara a fronteira entre o espaço de mercado e o espaço público.

Desde o início da sua existência, o mercado sempre se mostrou como espelho que nos permite perceber parte da sociedade na qual se integra. Cumprindo a necessidade básica e essencial de abastecimento da população, cumpria também o importante papel social de ponto de encontro e reunião dos cidadãos. Assim se justifica a sua posição geográfica privilegiada relativamente ao espaço da cidade: comumente se situava em espaços públicos de grande frequência, em largos ou praças, junto às portas da cidade ou aos portos fluviais, ou em pontos de cruzamento de importantes vias de circulação. O espaço de mercado estava portanto associado às funções mais representativas da sociedade, como a economia, a política e a religião, partilhando muitas vezes localização estrategicamente próxima.

O conhecimento de um primeiro mercado remonta ao Antigo Império Egípcio, na zona de Gourná. Terá sido um mercado que se realizava semanalmente, e que confirmava a sua localização em zona de grande confluência de pessoas, junto a uma importante via que nos dias de mercado se caracterizava como sendo “ (...) the pitch of the grain merchants, who would spread their heaps of golden corn under striped awnings all the way down it. Immediately to the right you would see the café, roofed with six domes, and stretching along the northeast wall to the other gate, a row of fourteen deep vaults, in which were the stalls. (...) On your left you would see a mass of trees, regularly spaced like an orchard to shade the maximum area, and beneath them the long mangers (...)”⁴ Com os poucos dados encontrados, conclui-se que os mercados de então se assemelham às

³ VIEIRA, Humberto / AFONSO, Rui Braz, *Sentir e Pensar os Mercados e Feiras do Porto*, Câmara Municipal do Porto, Outubro 1992

⁴ FATHY, Hassan, *Architecture For the Poor*, Steele Academy Editions, 1973 - pag. 76

feiras da actualidade, por estarem associados a um dia da semana específico, por se realizarem em espaço público e de forma espontânea.

Esta estratégia de mercado revisita-se também nas culturas clássicas grega e romana, distinguindo-se apenas pelo local de implantação. Nesta época, o mercado situava-se na praça representativa de poder político, económico e social denominada por *ágora* na Grécia e por *fórum* no Império Romano. São praças geralmente definidas por monumentais edifícios porticados no centro dos quais se desenvolve o mercado, em bancas dispostas de forma ordenada. Concentravam-se neste espaço todas as grandes actividades comerciais, políticas e sociais.

Ambas as culturas desenvolveram, além do espaço de mercado ao ar livre, duas outras tipologias comerciais cobertas que ficaram conhecidas por Stoa (edifício semelhante às actuais galerias comerciais) e por Mercado Claustal.

A Stoa, edifício do período helenístico grego, situava-se no perímetro da *ágora* e caracterizava-se pela sua forma rectangular alongada de dimensão considerável, em que o lado maior é o que está em contacto directo com a praça. Albergava, por definição, diversos programas sendo eles de carácter comercial, universidades, galerias de arte ou instituições, apresentando-se portanto como um edifício multifuncional. Estes diferentes espaços organizavam-se sucessivamente e em disposição perpendicular às galerias de circulação. Verifica-se ao longo do século XVIII um readoptar deste tipo de estrutura, nomeadamente em edifícios de armazenamento de produtos alimentares. Algumas Stoas foram mesmo reconstruídas, como é exemplo a Stoa de Attalos em Atenas que nos anos 50 passou a albergar o Museu da Antiga Ágora de Atenas.

Já o Mercado Claustal, apesar de igualmente rectangular na sua planta, distingue-se por ser um edifício de pátio central, totalmente virado para o seu interior. Exteriormente caracterizava-se pelo seu ar robusto e monumental (normalmente com dois ou mais pisos), apresentando muito poucas aberturas. Assim, todo o rebuliço e trocas comerciais eram efectuadas no seu interior a partir do pátio central, no qual se dispunham as bancas de vendas alimentares ao ar livre. Ao longo do seu perímetro interior encontravam-se as *tabernae*, lojas de venda de diversos artigos e de carácter fixo. Alguns mercados claustrais da civilização romana ficaram conhecidos pela venda específica de determinados produtos; como o *Macellum*, mercado de venda de produtos alimentares; o *Eumachia* de venda de tecidos; e o *Graneros* que servia de venda e armazém dos excedentes alimentares. Em todos eles as vendas se realizavam tanto no pátio central como ao longo do perímetro exterior.

Como refere Ana Sofia Gaspar na Prova Final *Requiem pela Anja* "(...) nos finais do século XIII devido a uma evolução tipológica dos edifícios do governo que passam a desenvolver-se num volume maciço e fechado que anula o piso térreo livre e porticado (...) e devido a novas exigências higiénico-sanitárias que contrariavam as condições precárias em que as vendas urbanas se processavam na cidade, nomeadamente por se realizarem ao ar livre e sujeitas às diferentes condições climatéricas, assiste-se à progressiva separação da actividade de mercado das político-administrativas. Por estes motivos, tornou-se necessário repensar a implantação e a forma/volumetria do mercado na cidade, tendo-se este desligado dos espaços de praça pública e autonomizado num edifício específico para

a sua actividade. É neste contexto que surgem as Halles medievais, antecedentes das Halles modernas. Embora exista uma passagem de um espaço de mercado em praça e ao ar livre para um edifício público, o mercado continuou a localizar-se no centro urbano e político, junto à praça principal, o que reforçou a sua importância no desenvolvimento das cidades.”⁵

No período medieval as Halles revisitam o conceito romano da distinção de vendas por tipos de produtos, sendo os mais reconhecidos os mercados de carne, de peixe e os de tecidos. Regra geral, cada cidade tinha apenas um edifício de mercado, que abarcava estas diferentes funções comerciais. Deste modo, foi inevitável o aumento de escala do edifício em causa, conferindo-lhe maior tamanho e maior monumentalidade, alargando portanto a capacidade de receber grandes massas de pessoas e aumentando a capacidade de armazenamento de produtos. Formalmente, mantém-se a imagem de edifício robusto e imponente, com poucas aberturas para o exterior, desenvolvendo diversos espaços interiores cobertos. A zona de mercado propriamente dita desenvolve-se no piso térreo, no qual se dispõem bancas de venda num sentido longitudinal; este espaço, sendo coberto, garantia um considerável grau de conforto aos seus utentes e permitia uma melhoria nas condições de higiene e conservação dos produtos para venda, uma vez que evitava as oscilações climáticas. Nos pisos superiores encontravam-se outro tipo de espaços, sempre de carácter colectivo; como sendo tribunais, câmaras ou salões de festas. Novamente este tipo de edifício sobressai não só pela sua crescente grandeza, mas também por se apresentar como centro de sociabilidade, de encontros e de reunião. No entanto, este tipo de estrutura comercial, sendo robusta e totalmente encerrada, não possibilitava uma circulação muito fluida, uma vez que todo o espaço se encontrava preenchido por densos pilares que estruturavam o edifício. Encontravam-se prejudicados dois aspectos fundamentais característicos dos espaços de mercado: por um lado o carácter de espaço amplo e livre como acontecia nas praças de mercado e feiras; por outro a sensação de espaço público destinado a concentrações de grandes massas.

Chegado o século XIX e a Revolução Industrial, surgem novos materiais e técnicas construtivas - como sendo o ferro primeiro e o betão mais tarde - que além de permitirem o recurso à pré-fabricação e à standardização de peças, garantem também maior resistência e leveza estrutural. Combinando estruturas de ferro e vidro, torna-se possível a realização de grandes vãos e, portanto, de espaços interiores mais amplos e iluminados sem grande quantidade de suportes estruturais intermédios. Espaços dignos de grande versatilidade no que respeita ao seu uso.

“O mercado de estrutura metálica transforma qualitativamente o espaço de mercado moderno. Estes materializavam volumes imponentes e de grande escala que traduzem a desejada monumentalidade que um equipamento como o mercado deve ter na malha urbana, sendo que, em oposição às fachadas cegas e maciças dos mercados de alvenaria de pedra, estas são construídas em ferro e vidro.”⁶

Na cidade do Porto, serve-nos de perfeito exemplo o mercado Ferreira Borges - descrito mais adiante. Porém, o exemplo de excelência desta tipologia arquitectónica é o mercado de Les Halles

⁵ GASPAR, Ana Sofia, *Requiem pela Anja*, Prova Final, FAUP, 2008 - Pag 13

⁶ GASPAR, Ana Sofia, *Requiem pela Anja*, Prova Final, FAUP 2008 - pag 24

em Paris, projecto da autoria de Victor Baltard, edificado entre 1852 e 1870, resultante do concurso público aberto em 1848 por necessidade de melhoria das condições de higiene e circulação dos mercados então existentes em Paris. Estrategicamente colocado no centro urbano da cidade e onde já havia existido uma praça de mercado, Les Halles apresenta-se como um conjunto de 14 pavilhões ligados por extensas avenidas de cobertura abobadada em ferro e vidro; cada um destes pavilhões correspondia à venda de um determinado tipo de produto, respondendo eficazmente às necessidades higiénico-sanitárias. Todo o conjunto reporta para um ambiente de “mini-cidade” em que há ruas, praças e edifícios, dispostos segundo uma malha rigidamente organizada em quadrícula. Contudo, este mercado central não foi capaz de acompanhar o crescimento acelerado da cidade de Paris; por ser considerado insuficiente, acabou por ser transferido para outra zona da cidade; o vazio deixado foi transformado pelo arquitecto francês David Mangin numa imensa área comercial - Fórum de Les Halles - que alberga um shopping, restaurantes e equipamentos desportivos. Esperando ser um ponto de elevado potencial atractivo, acabou por se revelar um fracasso, assumindo-se como uma das desgraças da cidade.

O mercado Ferreira Borges, referenciado mais adiante, é também um notável exemplar da arquitectura de ferro e vidro, marcante do final do século XIX.

Mantinha-se associado aos mercados de ferro e vidro uma política de mercado central com capacidade de abastecimento extensiva a toda a cidade. Com o crescimento desmedido de quase todos os centros urbanos, e com o uso cada vez mais abusivo do automóvel, esta localização estrategicamente central acabou por se tornar numa zona de difícil acesso.

Em oposição a esta estratégia centralista, na primeira metade do século XX, surge uma outra que sugeria a dispersão de diversos mercados de menor dimensão numa rede capaz de abranger toda a cidade de forma mais eficaz, garantindo o abastecimento de todas as novas centralidade então criadas. Este plano de dispersão foi aplicado com grande sucesso na cidade de Barcelona, onde cada bairro residencial tem um mercado num raio próximo, integrando deste modo um tradicional hábito de consumo ao estilo de vida moderno. Estes mercados por vezes associam-se a outras formas de venda moderna - como sendo a supermercados, ou a superfícies comerciais de congelados - assumindo-se como tipos de comércio complementares e nunca concorrentes.

Nesta linha estratégica de dispersão de mercados pelas novas centralidades, constroem-se em Portugal diversos mercados de betão armado, traduzindo uma nova imagem de moderno edifício público - através da grande plasticidade permitida por este material - ganhando terreno aos mercados de estrutura em ferro. O edifício de mercado passa a diluir-se na massa urbana construída, apresentando-se muitas vezes anónimo face ao contexto em que se insere, assumindo o seu carácter de excepção. Pela sua localização, permitem fácil acesso viário e apresentam tipologias que facilitam o acto de compra e a circulação de utentes, comerciantes e mercadorias. Contemporâneos entre si, e de autoria partilhada, nascem nesta época o mercado de Matosinhos e o mercado do Bom Sucesso. Igualmente emblemáticos e marcantes desta época são os mercados de Ovar e de Amarante, projectados pelo arquitecto Januário Godinho, e o mercado da Vila da Feira, da autoria do arquitecto Fernando Távora.

1.1.1

O MERCADO DO BOLHÃO

O MERCADO DO BOLHÃO

Em 1841 um novo processo de reorganização dos espaços públicos ditou que todos os mercados avulsos da cidade (bem como a feira de plantas e de flores) fossem transferidos para a nova Praça do Bolhão. Esta decisão de mudar os mercados avulsos para a Praça do Bolhão foi o resultado directo da inauguração do Mercado do Anjo, em Julho de 1839.

Acompanhando esta nova demanda, recorreu-se ao plano já elaborado por João de Almada alguns anos antes, que previa a abertura de duas novas ruas (actuais ruas Formosa e Fernandes Tomás) garantindo a ligação entre as ruas de Santa de Catarina e do Bonjardim. Estas duas novas ruas integravam um plano mais alargado que pretendia dar resposta à necessidade de relação não só entre as ruas de Santa Catarina e a de Bonjardim, mas também com as principais vias de saída da cidade, a nascente.

Contudo, já em 1835, a Rua do Bolhão (actual Rua Fernandes Tomás) era considerada “indigníssima (...) e muito íngreme, descendo da Rua de Santa Catarina até ao regato, onde umas pedras serviam de ponte, para de novo subir até à Rua do Bonjardim. Entre as ruas Formosa e Fernandes Tomás ficava um extenso lameiro atravessado por um volumoso regato, que ali formava um “olho marinho” ou “bolhão de água”, que viria então dar nome à Praça.”⁷

Não havendo certezas de que a praça então projectada tenha sido, desde início, programada para albergar um mercado, é facto que este mesmo projecto assinado pelo Arquitecto Joaquim da Costa Lima (aprovado em 1837), claramente referencia a possibilidade de dividir a praça em quatro zonas distintas nas quais se podem distribuir-se com facilidade quatro mercados de diferentes géneros.

A par do desenho para a implantação da nova Praça, o arquitecto Joaquim da Costa Lima encarregava-se também das posteriores correcções dos lados nascente e poente. “Desenhou igualmente os planos para a urbanização das zonas envolventes, bem como o prospecto geral para regular as fachadas dos novos edifícios que deveriam limitar a praça dos lados nascente e poente. (...) a nova Praça permitiria então minimizar os inconvenientes resultantes de uma topografia acidentada e da existência de uma volumosa linha de água e, ao mesmo tempo, reforçar o carácter urbano desta zona da cidade.”⁸

⁷ GUNTHER NONNEL, Annie; TAVARES, Rui *O Mercado do Bolhão: Estudos e Documentos*; org. Centro de Estudos da FAUP; coord. Annie Gunther Nonnel. Edição Câmara Municipal do Porto, Porto 1992 - pag 68

⁸ GUNTHER NONNEL, Annie; TAVARES, Rui, *O Mercado do Bolhão: Estudos e Documentos*; org. Centro de Estudos FAUP; coord. Annie Gunther Nonnel, Edição Câmara Municipal do Porto, Porto 1992 - pag 70/72

Aquando a primeira metade do século XIX, a população efectiva da cidade Porto aumenta de forma exponencial. Tamanho aumento populacional acarretou consigo uma série de problemas de toda a ordem, reflectidos de forma evidente na atrofia do espaço urbano e consequente aumento da edificação em determinadas zonas concentradas, na dificuldade de circulação por carência de estruturas viárias eficazes e na deficiente higienização, resultado da sobrecarga populacional.

Em resposta ao caos então instalado na cidade do Porto, o então presidente José Augusto Correia de Barros apresenta, no ano de 1881, um plano de geral reformulação da malha urbana. A par com esta proposta, define ainda uma eficaz estratégia financeira no que respeita à gestão dos novos equipamentos da cidade.

“Um dos aspectos mais salientes desta proposta é o que diz respeito à política de edificação de mercados. Correia de Barros defende não só uma política de edificação de mercados, mas ao mesmo tempo a sua dispersão pela cidade.”⁹

Prevê-se então que seis novos mercados fixos se juntem à rede de equipamentos existentes, almejando um alcance geral a toda a cidade. No entanto, dos seis mercados propostos só três foram de facto concretizados: um no antigo Largo da Aguardente (actual Praça do Marquês), outro no Campo 24 de Agosto e um terceiro actualmente conhecido por Mercado Ferreira Borges.

“As funções presentes em cada um dos edifícios – a administração, a circulação e o abastecimento – (...) induzem à exploração do carácter representativo e monumental, referenciador de um verdadeiro *centro cívico*. São, então, concebidos como *entidades urbanas*, onde se reequacionam as articulações de espaço público/privado e espaço interior/espaço exterior.”¹⁰

No entanto, é reconhecido o fracasso desta política de dispersão de mercados. Posto isto, os vereadores responsáveis durante a década de 90 assumem uma atitude política concentrada na regulamentação e melhoria dos mercados existentes, descurando a hipótese de edificar novos edifícios como havia sido previsto no plano de Correia de Barros. Surgem então intervenções de pequena escala nos três principais mercados da cidade: o do Bolhão, o do Anjo (na Praça de Lisboa) e o do Peixe, na Cordoaria. Estas reformulações das estruturas de mercado são concebidas tendo em conta a zona envolvente e é a restauração desta que, por vezes, favorece ou condiciona a transformação das mesmas estruturas.¹¹

Como exemplo serve o sucedido na zona envolvente do Bolhão, quando em 1904 Câmara Municipal aprova o “Projecto de Prolongamento da Rua Sá da Bandeira”, desde a Rua Formosa até a Rua Fernandes Tomás. Prolongamento este que permitiu a melhoria e ampliação do mercado quando combinado com o plano de alargamento e reconstrução.

⁹ GUNTHER NONNEL, Annie; TAVARES, Rui, O Mercado do Bolhão: Estudos e Documentos; org. Centro de Estudos FAUP; coord. Annie Gunther Nonnel, Edição Câmara Municipal do Porto, Porto 1992 - pag 88

¹⁰ GUNTHER NONNEL, Annie; TAVARES, Rui, O Mercado do Bolhão: Estudos e Documentos; org. Centro de Estudos FAUP; coord. Annie Gunther Nonnel, Edição Câmara Municipal do Porto, Porto 1992 - pag 93

¹¹ NOTA: Acredito que, ao intervir na envolvente, se consiga resolver parte do problema do edifício em questão. Um dos problemas do Bolhão não será a desertificação da Baixa no que respeita à habitação? Ou será um problema cultural, de uso da cidade?

Referindo-se ao Mercado do Bolhão, Xavier Esteves (engenheiro que integrava a Comissão Municipal do Plano Geral de Melhoramentos) considerava que o mesmo “carece de ser ampliado e tornar-se suficiente para o abastecimento da cidade, por um largo número de anos; ainda que aquela espraie para Oeste, é de supor (...) que num lapso de tempo de 50 anos a densidade da população, no centro e na zona oriental, se conserve sensivelmente como hoje.”¹² Defende ainda que o Mercado do Bolhão deverá ser o futuro mercado central da cidade e, numa sessão de Câmara em 1907, apresenta um estudo onde propõe cinco soluções para a edificação do mesmo.

Além destas cinco soluções, Xavier Esteves referia ainda um último projecto (aparentemente menos desenvolvido que os anteriores) que “consiste em fazer o *terminus* de Sá da Bandeira na Rua Formosa; em frente d’aquela rua e no eixo, ficaria a entrada do mercado, que ocuparia 60m à direita e outros tantos à esquerda; a poente deixar-se-ia uma rua como há ao nascente, ligando-se as duas por escadas com Fernandes Tomás. (...) Haveria um piso geral ao nível da Rua Formosa, que em frente ao mercado passaria a ter 20m de largura, e outro, de galeria, ao nível de Fernandes Tomás, também alargada para 20m, na frente do mercado, que por aí teria a outra entrada”¹³ Adiantava ainda que seria um edifício construído em betão armado, com cobertura em vidro. É exactamente este último projecto que virá a ser desenvolvido no “Ante-Projecto do Novo Mercado do Bolhão”, aprovado em 25 de Agosto de 1910.

“No Ante-Projecto, retomam-se as linhas gerais apontadas pelo Eng. Xavier Esteves e concretiza-se um edifício coberto, de piso (à cota da Rua Formosa) e galeria (à cota da Rua Fernandes Tomás), implantado sobre o troço prolongado da Rua Sá da Bandeira (onde se abriam as principais entradas do mercado) e sob a qual se rasgavam umas passagens arqueadas para permitir a comunicação entre as duas alas do mercado ao nível do seu piso: organizava-se no sentido Norte/Sul, expondo duas fachadas principais às ruas Fernandes Tomás e Formosa e outras secundárias a duas ruas, uma das quais nova (a Ocidente), que se articulavam com a Rua Formosa (de nível) e com a Rua Fernandes Tomás (por escadarias). Seria assim, um grandioso edifício que além das duas entradas principais no eixo da Rua de Sá da Bandeira, dispunha de mais quatro entradas nos respectivos ângulos”¹⁴

Em 1910, ano da Implantação da República, o projecto de reformulação e alargamento do Mercado do Bolhão enfrentou um período de paragem, justificado pelas alterações de então na política de gestão municipal (que entre outros aspectos, não iam em conformidade com a implementação de um projecto com a grandiosidade prevista).

¹² GUNTHER NONNEL, Annie; TAVARES, Rui *O Mercado do Bolhão: Estudos e Documentos*; org. Centro de Estudos da FAUP; coord. Annie Gunther Nonnel. Edição Câmara Municipal do Porto, Porto 1992 - pag 99 - referindo A.H.M.P., Vereações, L.º 143, fl. 11-18

¹³ O Mercado do Bolhão, Porto, 1907, pag 17

¹⁴ GUNTHER NONNEL, Annie; TAVARES, Rui *O Mercado do Bolhão: Estudos e Documentos*; org. Centro de Estudos da FAUP; coord. Annie Gunther Nonnel. Edição Câmara Municipal do Porto, Porto 1992 - pag 110-111

O projecto só voltou a entrar em cena, desta vez definitivamente, em 1914, ano em que foi eleita a primeira Câmara após a Implantação da República. Contado com a participação de dois técnicos competentes da autarquia – Engenheiro Casimiro Barbosa e Arquitecto António Correia da Silva (sucessor de Marques da Silva, na Câmara do Porto) – desenvolve-se um novo projecto cuja implantação respeita a opção tomada em 1912 por Xavier Esteves, definindo um quarteirão pelo alinhamento de quatro ruas: Rua Formosa, Sá da Bandeira, Fernandes Tomás e Alexandre Braga.

“ (...) seria um edifício coberto, em pavimento e galeria, adaptado à topografia do local para se relacionar com a envolvente através de duas cotas diferenciadas – ao nível da entrada Norte e da entrada Sul – e articulado internamente por escadarias. Nessa relação com envolvente, a edificação propriamente dita (as lojas de comércio fixo) acabaria por se estruturar em duas zonas: uma que se articulava exclusivamente com as ruas envolventes, ou seja, com o espaço exterior ao mercado; outra que viria a articular-se exclusivamente com o mercado propriamente dito, ou seja, com o espaço interior. É uma dualidade funcional e programática, que se reflecte na estrutura formal como se de duas unidades entrecruzadas se tratasse, e que o arquitecto integra muito bem no projecto, conseguindo garantir um elevado grau de urbanidade e de monumentalidade, que se exigiam a um edifício com um carácter de representatividade tão específico.”¹⁵

Deste conjugar de dualidades resulta este interessante edifício que além da singularidade de ser um “edifício-quarteirão”, pode ser entendido como uma galeria comercial ou como uma praça de mercado encerrada nos seus quatro lados. O edifício do Mercado do Bolhão define-se como elemento estruturador da teia urbana, que ao passo que encerra - enquanto unidade edificada - um quarteirão, reserva no seu interior um espaço colectivo de carácter público. Como referido por Annie Gunther e Rui Tavares, é representativo de uma concepção de cidade enquanto *sistema de identidades*.

A entrega do programa do projecto ao arquitecto Correia da Silva data do ano de 1911.

A implantação deste edifício esteve fortemente condicionada pela topografia do terreno em que se insere, a qual apresenta uma diferença de cota de cerca de 7 metros entre as ruas que o delimitam nos topos norte e sul. Consequentemente, uma acentuada pendente define as ruas a poente e nascente. O arquitecto resolve a relação entre estas quatro ruas ao desenhar quatro entradas - uma por rua - estrategicamente colocadas a eixo das fachadas correspondentes. Desenvolvem-se então dois níveis distintos, de forma a possibilitar entradas de nível à cota da Rua Fernandes Tomás e à cota da Rua Formosa. As restantes duas entradas situam-se a uma cota intermédia, que permite o acesso por escada a ambos os pisos do mercado. Esta solução ao mesmo tempo que permite o atravessamento público do edifício/quarteirão, facilita o funcionamento do mercado por permitir uma fácil cadência de circulações internas.

¹⁵GUNTHER NONNEL, Annie; TAVARES, Rui *O Mercado do Bolhão: Estudos e Documentos*; org. Centro de Estudos da FAUP; coord. Annie Gunther Nonnel. Edição Câmara Municipal do Porto, Porto 1992 - pag 113

“ (...) o carácter urbano, de edifício comercial privado (cujas lojas, voltadas ao exterior, são autónomas em relação ao mercado) parece corresponder a uma vontade da entidade promotora de esconder o carácter inevitavelmente desordenado e confuso dos mercados da época, com todo o seu barulho e sujidade (...) A especificidade deste programa, virado ao mesmo tempo para o exterior e para o interior, e a relação de cotas do terreno em que se insere, levantava um problema projectual ao arquitecto. Este via-se obrigado a conciliar, no mesmo edifício, estabelecimentos abertos para ruas de pendente acentuada (dos lados nascente e poente) e um mercado interior de nível. A solução encontrada privilegia nitidamente as fachadas exteriores, onde a cota de pavimento das lojas acompanha a pendente da rua, de modo a proporcionar uma imagem comercial contínua e uma composição equilibrada dos alçados; no entanto, no interior, o aproveitamento do espaço só é possível em metade da fachada de cada piso, ficando o restante fechado por paredes cegas, numa solução de recurso desequilibrada.”¹⁶

Este edifício constitui um caso muito particular de um programa tipo: pretende-se construir um mercado, o mercado central do Porto, com pretensões de monumentalidade urbana e constrói-se um edifício que envolve uma praça de mercado. Conseguiu-se dignificar o exterior, mas não o programa de mercado em si. Contudo, apesar desta aparente contradição, a popularidade deste edifício como mercado público foi sempre um argumento indiscutível para a defesa de uma tipologia que recupera, em certa medida, a imagem tradicional de praça de mercado.

Ocupando todo um quarteirão, o Mercado do Bolhão apresenta planta rectangular alongada, com linhas arquitectónicas e gramática decorativa de fundo neoclássico tardio, algo aproximado às do arquitecto José Marques da Silva (1869-1947) na Estação de S. Bento, não só na linguagem arquitectónica como na própria monumentalidade exibida que, no caso do mercado, é acentuada pelos torreões existentes nos quatro vértices do rectângulo. O facto de ambos os arquitectos se terem formado em Paris poderá explicitar a forte influência exercida pela denominada arquitectura da “École de Beaux Arts” nas suas respectivas e semelhantes opções estéticas. Na fachada que se entende como principal pela sua monumentalidade e pela relação que tem com a rua adjacente, voltada a Sul, ostenta em gesto de remate um frontão com um brasão ladeado por esculturas de pedra atribuídas a Bento Cândido da Silva, representando metaforicamente o comércio e a agricultura.

“Este edifício é ainda um típico exemplo da dualidade característica dos edifícios públicos da época, procurando conjugar as possibilidades do novo material em que é construído (o betão) e a intenção de continuidade de uma linguagem tradicional da pedra; assim apesar das suas fachadas apresentarem alguns elementos estruturais característicos do uso do betão armado, estes são alternados com a utilização de elementos visualmente mais fortes (as pilastras que dividem os tramos da fachada) cujo tratamento e decoração procuram referências na linguagem dos edifícios mais marcantes do Porto, por tradição construídos em granito.”¹⁷

¹⁶ GUNTHER NONNEL, Annie; TAVARES, Rui *O Mercado do Bolhão: Estudos e Documentos*; org. Centro de Estudos da FAUP; coord. Annie Gunther Nonnel. Edição Câmara Municipal do Porto, Porto 1992 - pag 124

¹⁷ GUNTHER NONNEL, Annie; TAVARES, Rui *O Mercado do Bolhão: Estudos e Documentos*; org. Centro de Estudos da FAUP; coord. Annie Gunther Nonnel. Edição Câmara Municipal do Porto, Porto 1992 - pag 128

Contudo, o edifício que até hoje permanece não condiz totalmente com o que teria sido inicialmente projectado por Correia da Silva. Os cortes originais, datados de 1914, permitem concluir que pelo menos duas opções projectuais não foram respeitadas no edifício então construído: a cobertura prevista nunca foi executada e a altura do edifício não corresponde à prevista em projecto - é mais reduzida. Algumas outras alterações ao edifício original foram sendo executadas, em resposta a necessidades sentidas ao longo dos anos; nomeadamente a cobertura de toda a zona de galeria em 1924 e o seu posterior reforço anos mais tarde, e a construção da ponte transversal que divide a mesma galeria em duas metades e liga as entradas nascente e poente (em 1940). Este elementos estruturais de épocas e ritmos diferentes são hoje em dia perfeitamente visíveis no Mercado do Bolhão.

1.1.2

O MERCADO DO BOLHÃO NO PRESENTE

Nos finais do século XX os mercados municipais foram, de forma crescente, perdendo a sua importância enquanto centros de abastecimento da população, e sofrendo, portanto, uma progressiva desvalorização. Pequenas unidades de comércio alimentar foram surgindo um pouco por toda a cidade, “descentralizando” a necessidade de procura de mercados. Posteriormente, o surgir de grandes redes de supermercados portadoras de eficazes sistemas de gestão e marketing, contribuíram para esta galopante perda de importância e vieram-se impondo como alternativas mais cómodas, rápidas e por vezes mais económicas.

Paralelamente, a modernização da indústria alimentar originou o aparecimento de novos produtos no mercado – nomeadamente as conservas, os congelados e os produtos pré-cozinhados – que obrigam na sua comercialização à existência de novos equipamentos, como sejam as redes de frio de grande capacidade. Os estabelecimentos e estruturas comerciais que não se empenharam na modernização, rapidamente se tornaram obsoletas.

Efectivamente, o Mercado Municipal como abastecedor da população urbana deixou de ser, desde há uns largos anos para cá, um elemento indispensável.

Todo o processo que actualmente se discute em torno do Mercado do Bolhão, remonta ao ano de 1990, ano em que a Câmara Municipal do Porto (CMP) promove um concurso público internacional para a Reabilitação do Mercado do Bolhão. Para tal, constitui uma equipa encarregue da organização das bases para o concurso, sediada no Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP) e liderada pela arquitecta Annie Gunther e pelo historiador Rui Tavares. Como júri do concurso nomeou-se o Professor Arquitecto Álvaro Siza, a Professora Arquitecta Annie Gunther e o Professor Arquitecto Castel-Branco em representação da FAUP, o Engenheiro Oliveira Dias (vereador do Pelouro dos Mercados), o Arquitecto Gomes Fernandes (vereador do Urbanismo) e o Arquitecto Manuel Marques Aguiar em representação da Ordem dos Arquitectos.

Como bases programáticas e ideológicas, o concurso apontava o seguinte: manter o carácter geral do edifício no seu aspecto formal, estrutural, funcional e compositivo; conservar a imagem exterior e o carácter de edifício aberto no interior e conservar a função original de mercado tradicional.

A 22 de Setembro de 1992, em reunião de Câmara, elege-se por “unanimidade com distinção e louvor”¹⁸, a proposta vencedora do concurso, da autoria do Arquitecto Joaquim Massena; projecto que “é sem dúvida o que responde com melhor qualidade e rigor ao programa.”¹⁹ Em memória descritiva, o arquitecto vencedor descreve o seguinte:

“O Mercado do Bolhão é um dos maiores, senão o maior, dos símbolos do Comércio Tradicional da Cidade do Porto.

Equaciona, desde 1917: pelo lado exterior o Comércio tradicional de rua; no interior o terrado, a Praça e o comércio de bens perecíveis alimentares.

Realiza-se no período da primeira Grande Guerra, segundo o Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto, para evitar a falta de abastecimento alimentar às pessoas (pela diversidade de Comerciantes e produtos) e simultaneamente para se constituir, como Mercado Abastecedor e bolsa de referência para o valor dos alimentos comercializáveis, no Porto e arredores. É com base no conhecimento deste contexto ideológico e preceitos Patrimoniais, que se desenvolve o projecto de execução para a Reabilitação do Mercado do Bolhão entre o ano de 1996 e 1998, abrindo-se uma extensão do Gabinete dentro do Mercado do Bolhão, a fim de se reconhecer e estudar as patologias funcionais e construtivas e não alterar este princípio elementar, estruturante, o de “garantir o abastecimento alimentar à cidade”, nomeadamente:

- Manter, o Património e as suas estruturas compositivas e de acessibilidades
- Reequacionar, os espaços perdidos;
- Acrescentar, as infra-estruturas;
- Evitar, com a construção, que os comerciantes e os seus utilizadores perdessem o hábito de o utilizar.

O custo previsto em 1998, com a apresentação do Projecto para a execução da Reabilitação do Mercado do Bolhão, alterou de 4.000.000.000\$00 previsto no concurso público, para 2.500.000.000\$00, em virtude da proposta de reabilitação recuperar e readequar a estrutura de betão armada, bem como, o posicionamento do estacionamento e armazéns na cave e subcave. O Projecto de Reabilitação apresentado e aprovado por unanimidade pela Câmara do Porto:

- Mantém, o Mercado como símbolo do Comércio Tradicional;
- Mantém, as características funcionais de praça aberta com abrigos pontuais em cada espaço;
- Mantém, a galeria existente para o sector de restauração alimentar, apelativa e representativa da gastronomia da região com esplanada coberta e do meio restante a galeria daria apoio a um sector de comércio livre, não alimentar, onde nas paredes envolventes seriam colocados os painéis alegóricos;

¹⁸ *Processo Concurso 1992 Mercado do Bolhão - C.M Porto*

¹⁹ *Idem*

- Acrescenta a galeria intermédia (por razões estruturais e de estabilização das paredes periféricas) para espaços comerciais, não alimentares, representativos da região;
 - Mantém, o Terrado (Praça) com a mesma composição funcional, recuperando todo o edificado, para a venda de produtos alimentares sazonais na zona central e na lateral para produtos alimentares perecíveis com exigência de rede de frio;
 - Acrescenta, as infra-estruturas que serão realizadas de novo, tanto para as lojas do interior como para as do exterior do Mercado;
 - Recupera, no exterior as caixilharias serão colocadas com igual desenho e execução às originais, com as devidas correcções e adaptações às exigências funcionais do comércio (iguais à aplicada na Relojoaria Mendonça, a qual cumpriu o Projecto de Reabilitação);
 - Retira, todos os equipamentos das fachadas;
 - Acrescenta, elevadores e escadas rolantes para uma cómoda mobilidade dos visitantes e comerciantes;
 - Acrescenta, na galeria um painel pictórico alegórico às actividades; - agrícola, vinícola com especial referencia ao vinho do Porto, navegação e mercantilismo e à terciarização de uma forma geral;
 - Acrescenta, a placa de identificação das respectivas actividades e de referência à loja;
 - Acrescenta, em cave e subcave um parque de estacionamento para os visitantes e residentes e armazéns com câmara de frio para armazenamento dos produtos alimentares.
- As patologias construtivas no edifício do Mercado do Bolhão foram também localizadas e caracterizadas nas fundações, bem como, definidos os procedimentos para a sua estabilização, que não passa pelo escoramento das lajes e da cobertura da galeria metálica mas, tão somente, a consolidação das fundações que se encontram assentes sobre aterros consolidados (realizados aquando da construção acerca de 90 anos).

Deveriam ainda, evitar que os autocarros fizessem a utilização da rua de Alexandre Braga e que realizasse medições periódicas do comportamento do edifício face à base, dado o desvio do ribeiro para a rua de Santa Catarina efectuado aquando da realização do túnel / estação do metro do Bolhão.

O Projecto de Execução para a Reabilitação do Mercado do Bolhão, seguiu critérios de defesa do Património (neste caso em classificação no IPPAR), utilizados em Portugal e nos países desenvolvidos.”²⁰

Em 1994, com a pronunciação do sistema do Metro Ligeiro do Porto e com a estação de Metro do Mercado do Bolhão a CMP decide finalmente avançar com a obra de Reabilitação do Mercado do Bolhão, adjudicando o projecto de execução à equipa do arquitecto Joaquim Massena (já em 1996). Entrou então em funcionamento um Gabinete de Apoio instalado no interior do Bolhão - a sugestão do arquitecto - tornando este projecto num acontecimento participado pelos comerciantes e pelos cidadãos.

²⁰ www.joaquimmassena.com/home.asp#

Um ano mais tarde, em 1997, é requisitada a classificação do Mercado do Bolhão enquanto edifício patrimonial como Imóvel de Interesse Público, tendo sido aprovada pelo IPPAR e pelo PDM (Plano Director Municipal). Após a classificação, o projecto elaborado pelo Gabinete de Apoio foi aprovado por todos os organismos competentes (IPPAR e CMP), podendo desde aqui proceder-se à sua execução.

Por alegada falta de verbas que justificam a não concretização do projecto elaborado e aprovado, em 2007 abre-se novo concurso público desta vez para concepção/construção/exploração, admitindo a entrega do Mercado do Bolhão a concessão de privados por um período de 70 anos. Apresentaram-se a concurso o Grupo Amorim e a empresa holandesa TCN - TramCroNe. O júri, desta feita constituído pelo Dr. José Pedro Aguiar Branco, pelo Eng. Rui Quelhas, pela Dra. Laura Rodrigues, pelo Dr. Lino Ferreira e pelo Dr. Hélder Pacheco (e coordenado pela Porto Vivo - Sociedade de Reabilitação Urbana), nomeia como vencedora a proposta da empresa imobiliária TCN. Esta apresenta como objectivo "criar um destino urbano de excelência a nível europeu, revitalizando e requalificando um dos mais notáveis edifícios da cidade do Porto e de Portugal" conforme descrito pelo director executivo da Tramcrone Eng. Pedro Neves em entrevista ao Jornal Construir. Criando fortíssima controvérsia, a propósito do projecto proposto para o Mercado do Bolhão, o Eng. Pedro Neves afirma ainda que "é inevitável a demolição de todo o interior". Apesar de alguma falta de informação e clareza no que respeita ao conhecimento da proposta definitiva desta entidade empresarial, conhece-se que "a proposta que a TCN tem para o Bolhão triplica a área actual do edifício, de cinco mil metros quadrados para mais de quinze mil metros, e acrescenta-lhe quatro novos pisos, dos actuais dois para seis - sendo dois para estacionamento subterrâneo, três para comércio e um para habitação."²¹

Conforme referido em memória descritiva, o Mercado do Bolhão passará a ser ocupado por três níveis de comércio (pisos 0, 1 e 2) e terá dois pisos subterrâneos para estacionamento. Nos torreões situados nos topos prevê-se a implantação de habitação ou de serviço compatível. Acrescenta-se ainda que, com a configuração proposta, estará garantido o estacionamento a mais de 250 veículos, aos quais se somam mais 40 lugares de estacionamento destinados à habitação. Conhece-se ainda que na área destinada à restauração (situada no mesmo piso do mercado tradicional) haverá lugar para uma zona destinada a animação e lazer; espaço igualmente destinado a realçar a memória do Mercado do Bolhão através de eventos, exposições, encontros, manifestações culturais, entre outros. Ainda a propósito do sentido de memória, propõe-se a desmontagem dos painéis de azulejos da escadaria norte de forma a serem "remontados nesta área, na parede entre a restauração e este espaço, recriando o ambiente tradicional. Este piso será a celebração entre a memória do Mercado e o uso futuro do mesmo. Também, para preservação da memória do edifício existente, será reimplantada neste piso a fonte que hoje está desactivada e que terá dado origem ao nome Bolhão."

²¹ Jornal de Notícias, 29 de Agosto de 2008, *Bolhão: TCN convicta de que o contrato com a Câmara do Porto será assinado em breve* - www.jn.sapo.pt

É, portanto, evidente um claro desrespeito pelos valores que conferem identidade ao Mercado do Bolhão e que constituem a memória dos cidadãos do Porto; sejam eles o valor histórico, arquitectónico, programático e cultural do edifício. Este sentimento de desrespeito levou a diversas acções de sensibilização um pouco por toda a cidade e à criação de movimentos “pró-bolhão”, como a Plataforma de Intervenção Cívica (PIC) e o Movimento Cívico e Estudantil Contra a Demolição do Bolhão.

Motivada pelo atraso da TCN em assinar o contrato e quiçá pressionada pelos movimentos e acções cívicas, a Câmara Municipal do Porto, em 23 de Setembro de 2008, anula a adjudicação da requalificação do Mercado do Bolhão à empresa holandesa vencedora do concurso em 2007. Facto que a cidade, em geral, considerou positivo uma vez que impedia a “demolição” do mercado, evitando a criação de mais um *shopping* na Baixa portuense.

Com a saída de cena da TCN, a autarquia municipal entrega ao Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) a competência de elaborar novo projecto de reabilitação, assegurando que este mantenha intacto o traçado original do edifício e a sua função. Esta nova proposta, actualmente em fase de elaboração, é ainda de desconhecimento público; não se sabendo portanto como passará a funcionar o futuro mercado e se a sua concessão será publica ou privada

Todo o processo de reabilitação sofreu, portanto, inúmeros atrasos, tendo sido assinado no dia 18 de Dezembro de 2008 um protocolo entre a CMP e o Ministério da Cultura que assume o adiamento do início da intervenção no Bolhão para o segundo semestre de 2010.

Após a aprovação (a 11 de Fevereiro de 2009) do programa preliminar pelo IGESPAR, exigia-se que no período de um mês se concluísse o projecto-base do novo Bolhão. Período esse que terminou a 11 de Março, desconhecendo-se até à presente data uma previsão para a sua conclusão.

Em resposta ao jornal “PÚBLICO”, a directora da Direcção Geral da Cultura do Norte, Helena Gil, esclarece que foi nomeada “uma equipa multidisciplinar na Direcção de Serviços dos Bens Culturais” visando a elaboração do projecto de recuperação do Bolhão. Equipa essa que, por enquanto, “está a proceder a uma série de estudos e recolha de informação diversa”.

A consciência de que a transformação do Bolhão não diz respeito apenas ao edifício do mercado em si, mas a toda a herança cultural arquitectónica e urbanística do século passado tem, necessariamente, de traduzir-se na apropriação e valorização desta herança. Reavivar na população portuense a memória do Bolhão poderá, certamente, levar a reafirmar as suas potencialidades como alternativa de qualidade para o seu abastecimento alimentar e descobrir novas qualidades nas velhas práticas colectivas que, na vivência quotidiana do Porto e do Bolhão, passaram tantas vezes pela memória viva de tradições seculares.

Mais de cento e cinquenta anos de vocação comercial fizeram do Bolhão um património que é, não só o objecto, mas também conceito; porque é monumento representativo de uma realidade colectiva que põe a tónica no “civismo”. Como documento da memória colectiva, o Bolhão parece

ainda capaz de estimular novas intervenções que, sem porem em causa a sua identidade, possam contribuir para valorizá-lo como património do futuro e, ao mesmo tempo, dar uma resposta aos anseios do presente. Por isso, de um novo Bolhão, cabe esperar não só que conserve a vocação de espaço colectivo, mas também que recupere a capacidade de ser, como objecto arquitectónico, uma referência indispensável à cidade.

1.2

OS MERCADOS E A SUA ACTUAL POSIÇÃO NA CIDADE

OS MERCADOS E A SUA ACTUAL POSIÇÃO NA CIDADE

Hoje, a realidade comercial da cidade do Porto difere em muito da de há 30 anos atrás. Os hipermercados primeiro e os centros comerciais depois, surgiram para dar resposta a muitas alterações da vida quotidiana e gerar muitas outras. Todos os produtos foram “globalizados”; desapareceu, por exemplo, o conceito de fruta ou legume da época e há uma crescente despreocupação relativa à origem dos bens consumidos (com a mesma facilidade se adquirem bens alimentares portugueses ou de qualquer outra parte do mundo).

De igual modo, os hábitos comerciais da população também se alteraram de forma irreversível. O facto de trabalhar fora da cidade (ou longe de casa), a dificuldade nos transportes e de circulação no centro urbano, a crescente capacidade de aquisição de bens e serviços e o elevado consumo de produtos congelados, vieram reduzir muito significativamente a necessidade de deslocação ao mercado tradicional na procura do “produto do dia”.

“Nos Mercados Municipais, por tradição, comercializam-se essencialmente produtos frescos, como as frutas, os legumes, a carne e o peixe. São locais bem conhecidos das pessoas que vivem ou trabalham na cidade, e percurso obrigatório para a maioria dos turistas que buscam nestes locais a originalidade de um serviço, procurando conhecer o seu colorido e ritmo diário, e quando possível, saborear os produtos aqui transaccionados. Apesar do abastecimento de bens à população ter deixado de ser competência exclusiva das autarquias locais, dado o aparecimento de supermercados e grandes superfícies comerciais, e também a institucionalização do Mercado Abastecedor do Porto, que cumprem, e bem, essa função, os actuais Mercados Municipais continuam, porém, a ser factor de procura por parte dos consumidores do meio urbano, sendo alvo da sua preferência, mercê da sua inserção na malha urbana.”²²

Actualmente os mercados sofrem um processo acelerado de degradação e de desadequação que leva a uma perda de clientes por se apresentarem menos cómodos do que as grandes superfícies ou centros comerciais. Tem-se vindo a assistir, ao longo dos últimos anos, a acesas discussões sobre qual será o destino de edifícios tão emblemáticos e representativos da urbanidade portuense como o Mercado do Bolhão, o Mercado do Bom Sucesso, o Mercado Ferreira Borges e a Praça de Lisboa (antigo Mercado do Anjo).

Relativamente ao (re)pensar os mercados da cidade, considero ter havido dois momentos chave: um em 1992 aquando do lançamento do Concurso de Reabilitação do Mercado do Bolhão, que consigo arrastou um repensar do estado dos restantes mercados da cidade; e outro que se vive presentemente e que se desenvolve em forma de luta para que se evite a extinção e cada vez mais evidente degradação dos mercados que ainda resistem.

²² www.cm-porto.pt

1.2.1

MERCADO DO BOM SUCESSO

Em resposta à necessidade de abastecimento da população da área poente da cidade - Boavista, a nova centralidade - e procurando apresentar uma proposta alternativa aos antigos mercados da Cordoaria e do Anjo, surge o projecto do Mercado do Bom Sucesso.

Projectado em 1949 pelos mesmos autores da Igreja das Antas - Fortunato Leal, Cunha Leão e Morais Soares reunidos na empresa ARS, um grupo composto por arquitectos, pintores e escultores, que deixaria inúmeras obras interessantes à cidade - foi inaugurado somente em 1952. A sua forma hiperbólica é uma característica marcante, assim como a intensa iluminação natural, proveniente dos grandes lanternins de vidro que fecham a concha que o cobre. É um edifício marcante enquanto exemplar da arquitectura da época.

O edifício desenvolve-se em dois pisos de carácter comercial e de uso público, em que o 2º se desenvolve em galeria sobre o piso térreo. O piso térreo desenvolve-se sob a forma de praça a qual é preenchida com bancas de venda de peixe e de diversos produtos hortícolas; o seu perímetro é fechado por pequenas lojas interiores que servem de alternativa às bancas centrais e albergam charcutarias, mercearias e queijarias. O piso superior é totalmente ocupado por lojas interiores, situadas igualmente de forma periférica ao longo das alas nascente e poente do mercado e entre as quais se encontram padarias e talhos; ainda neste piso superior estão as bancadas de flores, claramente separadas dos demais produtos alimentares. A comunicação vertical entre os dois pisos é feita de forma estratégica nos seus 4 pontos axiais, permitindo uma grande fluidez de percursos tanto ao utilizador como aos lojistas e vendedores. Denota-se uma grande preocupação na distribuição das circulações públicas e de serviço, encontrando-se estas sobrepostas e de forma a que evitem cruzamentos entre si. Existe ainda um piso em cave, que serve de armazém de abastecimento, de matadouro e as zonas de serviço destinadas aos vendedores do mercado. Esta divisão em três pisos demonstra-se extremamente eficaz, uma vez que responde aos diferentes cuidados higiénicos que variam conforme os produtos e permite uma zonificação clara dos diferentes bens a vender, permitindo uma fácil e fluida utilização do edifício por parte dos consumidores.

Todo o espaço goza de grande amplitude e luminosidade, sensação transmitida pelo elevado pé direito, os lanternins abertos ao longo das fachadas nascente e poente e pela própria volumetria e configuração de todo o conjunto. É de referir que este mercado se encontra sempre fartamente abastecido com produtos de qualidade reconhecida, que conferem uma colorida imagem que encanta qualquer visitante.

Este edifício-quarteirão de qualidade e linguagem arquitectónica modernista revela-se como um dos mercados de referência da cidade do Porto, apresentando ainda hoje um volume de vendas consideráveis e um significativo trânsito de pessoas.

1.2.2

MERCADO FERREIRA BORGES

Mandado construir na cerca do antigo Convento de S. Domingos para substituir o mercado da Ribeira, o Mercado Ferreira Borges é projecto de autoria do arquitecto João Carlos Machado em colaboração com a Companhia Aliança, importante fundição portuense; representa um dos expoentes máximos da construção em ferro e vidro da cidade do Porto. Tendo as obras sido concluídas em 1888, por muito pouco tempo foi usado como mercado. Originalmente pensado para substituir o velho mercado da Ribeira, foi sendo utilizado até 1983 como mercado de flores e como mercado de frutas, ano em que foi recuperado e desde o qual passou a ser utilizado de forma ocasional para variadas exposições, feiras culturais e eventos comerciais. Esta opção funcional poderá ser justificada com o aspecto de pavilhão que este edifício apresenta, onde não há elementos fixos à excepção das próprias fachadas; o que permite uma grande versatilidade de utilização do espaço.

Edifício de aspecto leve, luminoso e arejado, está decorado com motivos vegetais ao redor das suas quatro fachadas, combinados com alguns elementos com características animais. Particularidade importante deste edifício inovador para a sua época é as colunas, que além de responderem à função estrutural de sustento da cobertura, funcionam no interior como condutas de águas pluviais, posteriormente encaminhadas para o rio.

Situado acima da Praça da Ribeira e em frente ao Jardim do Infante, ao estar implantado numa plataforma elevada relativamente à rua e virado ao Rio Douro, o Mercado Ferreira Borges impossivelmente passa despercebido a qualquer visitante desta zona histórica da cidade.

Actualmente as fachadas encontram-se cercadas de andaimes que servirão de suporte à próxima transformação programática: o mercado passará a ser um centro de animação cultural e musical a cabo do Hard Club - Turismo de Animação Cultural. O projecto de arquitectura aprovado unanimemente pelo IGESPAR e pela Câmara Municipal do Porto está a cargo do Arquitecto Francisco Aires Mateus e contempla a remodelação do interior de forma a torná-lo num espaço mais confortável e apelativo, permitindo a realização de diversos eventos culturais e prometendo ser uma importante peça dinamizadora da Baixa Portuense.

Embora a música seja o grande pilar do Hard Club, a mudança de espaço para o mercado leva-o a alargar a sua filosofia a outras iniciativas e expressões culturais. Este novo projecto prevê espaço para cinema, exposições, recepção a turistas, actividades com idosos, famílias e crianças, assim como a venda de livros e discos e uma área de restauração.

1.2.3

MERCADO DE SÃO SEBASTIÃO

Projecto da autoria do arquitecto António Moura, este edifício situado do Bairro da Sé surgiu em resposta ao incómodo e desorganização causado pelas barracas de venda dispostas primeiramente ao longo da Avenida D. Afonso Henriques e posteriormente no terreno anexo, actual espaço do mercado. Em 1986, ano da construção do edifício existente, as barracas são substituídas por bancas desenvolvidas ao longo de patamares adaptados ao acidentado terreno desta área e cobertas por uma estrutura de betão igualmente desenvolvida ao longo diferentes patamares, num movimento paralelo ao do pavimento. Mantém-se o traçado original do mercado tanto na sua organização, como na existência da fonte rematando um dos topos do mercado.

A entrada é feita pelo topo sul, no primeiro patamar situado à cota mais baixa, o qual se ocupa com a venda de peixe. Ao longo dos seguintes três patamares distribuem-se os produtos hortícolas e no quarto e ultimo patamar a venda de flores. Todos estes espaços estão encimados por uma cobertura em lajes de betão ajardinadas, em escada, com várias aberturas que permitem não só a entrada de luz zenital, como também uma eficaz ventilação. Todo o edifício é igualmente ventilado de forma lateral, uma vez que três das suas fachadas (sul, nascente e poente) são compostas por uma rede metálica que ao mesmo tempo que permite encerrar o mercado nas horas que não está em funcionamento, permite a entrada de luz e de ar. A fachada norte, a única encerrada serve de muro de suporte ao restante declive do terreno.

1.2.4

MERCADO DA RIBEIRA

Primeiramente situado no epicentro das primeiras trocas comerciais da cidade baixa, o extinto Mercado da Ribeira seguia a organização dos mercados tradicionais, dispondo-se em barracas ao ar livre alinhadas de forma nem sempre muito ordenada ao longo da marginal do Rio Douro. Numa tentativa de recuperação deste desarrumado espaço mercantil, surge uma estrutura comercial linear que procurava responder às características deste lugar, reconhecido como ponto forte de atracção turística. Tomando este factor em conta, projectam-se dez lojas dispostas lado a lado imediatamente a poente da Ponte D. Luís I, implantadas à cota baixa.

Este conjunto de dez lojas embutidas no muro de suporte da Rua do Cais da Ribeira, e sob a monumental escada que vence as duas cotas, vendia tanto produtos alimentares, como produtos de artesanato de interesse turístico, abrindo-se para o rio. Actualmente, grande parte (senão a totalidade) das lojas está inactiva. Assim o terá sucedido, a meu ver, pelo facto de negar o espaço de mercado como praça - uma vez que a praça formada no terreiro à sua frente está encimada por uma escada de dimensão tal, que esconde esta área - e pela sua localização nesta zona de remate da marginal que acaba por não ter o fluxo de gente esperado, uma vez que se esconde do percurso mais óbvio.

1.2.5

MERCADOS DE LEVANTE

Além destes, outros mercados de pequena dimensão pontilham a cidade do Porto: os Mercados de Levante. Estes caracterizam-se como sendo pequenos abastecedores locais de áreas residências. A definição da sua escala e o número de bancas de venda relaciona-se directamente com a área onde se implantam. São mercados associados, geralmente, a áreas periféricas da cidade ou com densidade populacional inferior à dos centros tradicionais. Cumprem a função de distribuidor local e diário de produtos frescos e perecíveis (nomeadamente peixe e horticulturas) da unidade de vizinhança na qual se inserem, assumindo-se como verdadeiros mercados de bairro.

De exemplo servem vários mercados de pequena dimensão, espalhados um pouco por toda a cidade do Porto. Actualmente activos, encontram-se o Mercado da Foz que foi há uns anos redimensionado de modo a responder às necessidades e exigências actuais, o Mercado da Praça da Alegria cada vez menos frequentado e o qual raramente apresenta mais do que três ou quatro bancas de venda, o Mercado do Covelo que foi reconstruído em 1991 e se apresenta como um verdadeiro mercado de bairro, o Mercado das Campinas que data de 1965 e foi alvo de um projecto de recuperação em 1992 e o Mercado de Francos que serve a freguesia de Ramalde. No início dos anos 90, estes três últimos mercados foram alvo de um processo de reabilitação levado a cabo pela arquitecta Domingas Rocha. Foi contemplada não só a recuperação estrutural e a garantia de condições de higiene adequadas aos dias de hoje, como também se previu que actividades alternativas pudessem tomar conta do espaço do mercado nas horas em que este não esteja em funcionamento; nomeadamente locais de repouso e convívio para jovens e idosos.

1.3

PATRIMÓNIO EDIFICADO

PATRIMÓNIO EDIFICADO

“Um conjunto de bens que uma geração sente que deve transmitir às seguintes porque pensa que esses bens são um talismã que permite à sociedade compreender o tempo.”²³

“Património é o que tem qualidade para a vida cultural e física do homem e para a existência e afirmação das diferentes comunidades, desde a vicinal e paroquial, à concelhia, à regional, até à nacional e internacional.”²⁴

“Património é qualidade e memória. Sem qualidade intrínseca ou circunstancial, não haverá fundamento para que um testemunho/memória tenha de ser conservado.”²⁵

A conservação moderna do Património surgiu em numerosos países ocidentais sob a forma de responsabilidade governamental. Em Portugal, a ambiguidade da terminologia relativamente aos bens culturais e, mais especificamente, em relação ao seu registo, às suas categorias e critérios de classificação, manteve-se ao longo do século XX. Neste século, o primeiro documento sobre património cultural surge em 1901, ainda sob a Monarquia Constitucional e o Liberalismo; trata-se da Portaria de 10 de Abril, desse ano, onde se alerta para a importância de todos os elementos que possam contribuir para o conhecimento da nossa história antiga. Este artigo determina ainda que, em nome do interesse da ciência e do serviço público, perante ruínas de edifícios antigos ou monumentos de certa grandeza, não se proceda à sua destruição e que se verifique se devem ou não ser considerados como “Padrões Históricos”.

Assim compreende-se que, desde o princípio do século, se procurou estabelecer uma distinção entre categorias e critérios de classificação assentes em determinados valores, entre os quais, o valor nacional. Considera-se também que, desde esta época, a preservação do património deve estar acima de quaisquer interesses do Estado ou de qualquer outra entidade.

²³ LENIAUD, Jean.Michel, *L'Utopie Française – essai sur le patrimoine*. Paris ,1992

²⁴ ALMEIDA, Carlos A. Ferreira, *Património – O seu entendimento e a sua gestão*. Porto 1998

²⁵ ALMEIDA, Carlos A. Ferreira, *Património – Riegl e hoje*. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, II, X. Porto, 411, 1993

A definição dos Padrões Históricos vai evoluindo e sofrendo correcções nomeadamente no que respeita às entidades competentes na área do Património Cultural. Inicialmente, todos os critérios de classificação e a sua apreciação estavam a cargo do Conselho de Arte e Arqueologia que, depois da implantação da República (1910) foi substituído por uma comissão composta por artistas (entre os quais arquitectos), escritores e vários arqueólogos. Acrescenta-se nesta altura o poder de “expropriação por utilidade pública” em casos em que o proprietário individual se oponha à classificação; nasce o princípio de “bem comum” e o direito do Estado em defendê-lo.

No Decreto nº 11445 de 13 de Fevereiro de 1926, mantendo-se a correlação entre as classificações Monumento Nacional e Interesse Nacional, surge a noção de Imóvel de Interesse Público (por então só aplicável à Arqueologia) submetida aos bens com considerável interesse e que, embora não fossem classificados, deviam ser registados.

A expressão Imóvel de Interesse Público, na medida em que corresponde a uma graduação intermédia, reaparece no Decreto nº 15216, de 14 de Março de 1928. Com esta nova portaria, o conceito já se torna aplicável às classificações a apresentar pelo Conselho de Arte e Arqueologia, e virá a enraizar-se numa prática corrente, ainda hoje em uso.

A partir de 1936 referenciam-se não só os valores arqueológicos, históricos e arquitectónicos, mas também se lhes acrescentam o valor étnico e paisagístico. Mais tarde, surge ainda a classificação do Património Bibliográfico; todos estes avaliados em função do seu valor individual e do conjunto em que se inserem, pela sua raridade ou pelas tradições a que estão associados.

Contudo, só em 1975, quando se comemora pela primeira vez o Ano Europeu do Património Arquitectónico, se cria uma orgânica jurídico-institucional específica que congregou as vontades interdisciplinares de múltiplos estudiosos, relativa àquele mesmo património cultural. Em 6 de Julho de 1985 chega mesmo a criar-se uma normativa que ficou conhecida como a Lei do Património Cultural Português. Chegados aos nossos dias verifica-se que, ao longo do Século XX, com as alterações introduzidas pela evolução político-social e técnico-científica, alteraram-se também os conceitos relativos ao património cultural.

Cria-se em 1992 o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) o qual é composto, além dos Serviços Centrais, por cinco Direcções Regionais. “Ao Instituto Português do Património Arquitectónico cabe a missão de conservar, preservar, salvaguardar e valorizar o património arquitectónico português, incluindo-se neste universo o conjunto de bens imóveis de especial valor histórico, arquitectónico, artísticos, científico, social ou técnico subsistentes em território nacional, através da emissão de pareceres vinculativos que incidam sobre monumentos ou sítios classificados, ou em vias de classificação, a realização de obras de conservação, reabilitação e restauro em imóveis e sítios classificados propriedade do Estado, a classificação de imóveis e sítios arqueológicos e a gestão dos principais monumentos nacionais, constituídos em “serviços dependentes”²⁶

²⁶ www.ippar.pt

O IPPAR esteve em funções até 2007, ano em que o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) aprovou a lei orgânica do Ministério da Cultura e criou o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), que resultou da fusão do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e do Instituto Português de Arqueologia (IPA). O IGESPAR é a entidade responsável nos dias de hoje por todos os assuntos relativos ao património cultural e edificado.

1.3.1

CRITÉRIOS GERAIS DE CLASSIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Assumidas as premissas anteriormente apresentadas, importa esclarecer quais os parâmetros segundo os quais se define o que é passível de ser classificado como Património Edificado.

A Lei 13/85 de 6 de Julho foi considerada o primeiro “guião” do património cultural português; a qual considerava como critérios de classificação os seguintes pontos: a subdivisão dos bens em móveis e imóveis; a sua qualidade própria; o seu valor relativo, e o seu enquadramento.

Este último ponto, que surge como novidade nesta época, merece esclarecimento adicional: o enquadramento deverá ser definido de acordo com a importância arqueológica, histórica, etnológica, artística, arquitectónica, urbanística e/ou paisagística do lugar. Desde então, o “monumento” deixa ser considerado isoladamente, mas num permanente diálogo com o meio em que se insere ao qual concede e recebe significado.

A lei anteriormente referida - a qual abaixo transcrevo - classifica ainda os bens culturais segundo diferentes tipos de abordagem, dividindo-os em categorias relativas à sua materialidade, tipologia e prestígio: bens materiais e imateriais; monumentos, conjuntos e sítios; valor cultural, artístico e histórico.

LEI n.º 13/85 - Lei de Base do Património Cultural Português²⁷

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Artigo 1.º

O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo.

Artigo 2.º

1. É direito e dever de todos os cidadãos preservar, defender e valorizar o património cultural.
2. constitui obrigação do Estado e demais entidades públicas promover a salvaguarda e valorização do património cultural do povo português.

²⁷ Lei n.º 13/85. DR 153/85 SÉRIE I de 1985-07-06, www.dre.pt

Artigo 3º

1. O levantamento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural incumbem especialmente ao Estado, às regiões autónomas, às autarquias locais, aos proprietários possuidores ou detentores de quaisquer suas parcelas e, em geral, às instituições culturais, religiosas, militares ou de outro tipo, às associações para o efeito constituídas e ainda aos cidadãos.
2. O Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais procurarão promover a sensibilização e participação dos cidadãos na salvaguarda do património cultural e assegurar as condições de fruição desse património.
3. Os proprietários, possuidores ou detentores de património cultural deverão ser chamados a colaborar com o Estado, regiões autónomas e autarquias locais no registo e inventário do referido património.
4. As populações deverão ser associadas às medidas de protecção e de conservação e solicitadas a colaborar na dignificação, defesa e fruição do património cultural.

Artigo 4º

1. Compete ao Governo, através do Ministério da Cultura, promover a protecção legal do património cultural.

(...)

BENS MATERIAIS - CLASSIFICAÇÃO E SEU PROCESSO

Artigo 7º

1. A protecção legal dos bens materiais que integram o património cultural assenta na classificação dos imóveis e dos móveis.
2. Os bens imóveis podem ser classificados como monumento, conjunto e sítio, eventualmente agrupáveis em categorias, nos termos que forem regulamentados, e os móveis, unitária ou conjuntamente, como de valor cultural, podendo ainda todos os bens ser classificados como de valor local, valor regional, valor nacional ou valor internacional.
3. O enquadramento orgânico, natural ou construído, dos bens culturais imóveis que afecte a percepção e leitura de elementos e conjuntos ou que com eles esteja directamente relacionado, por razões de integração espacial ou motivos sociais, económicos ou culturais, deve ser sempre definido de acordo com a importância arqueológica, histórica, etnológica, artística, arquitectónica, urbanística ou paisagística do lugar, por constituir parte indispensável na defesa desses mesmos bens.

Artigo 8º

1. Por monumentos (...) entende-se:

Obras de arquitectura, composições importantes ou criações mais modestas, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social, incluindo as instalações ou elementos decorativos que fazem parte integrante destas obras, bem como as obras de escultura ou de pintura monumental.

Artigo 9º

1. O processo de classificação pode ser desencadeado pelo Estado, pelas regiões autónomas, pelas autarquias locais ou por qualquer pessoa singular ou colectiva.
2. Cabe, em especial, às autarquias locais o dever de promover a classificação de bens culturais nas respectivas áreas.

Artigo 10º

1. As classificações incidirão sobre bens que, pelo seu relevante valor cultural, devem merecer especial protecção.

(...)

Artigo 14º

1. Os imóveis classificados ou em vias de classificação pelo Ministério da Cultura não poderão ser demolidos, no todo ou em parte, nem ser objecto de obras de restauro, sem prévio parecer do IPPC.
2. Os estudos e projectos para os trabalhos de conservação, consolidação, modificação, reintegração e restauro em bens classificados ou em vias de classificação devem ser elaborados e subscritos por um técnico de qualificação legalmente reconhecida ou sob a sua responsabilidade directa.
3. No caso de essas obras não terem sido iniciadas ou concluídas dentro do prazo fixado, poderá o Ministério da Cultura determinar que as mesmas sejam executados pelo Estado, correndo o seu custeio por conta do proprietário ou detentor.
4. Quando o referido proprietário ou detentor comprovar não possuir meios para o pagamento integral daquelas obras ou as mesmas constituírem ónus desproporcionado para as suas possibilidades, será o custeio suportado, total ou parcialmente, pelo Estado, consoante o que for apurado em cada caso.

Artigo 16º

1. Quando, por responsabilidade do respectivo proprietário, demonstrada por omissão ou acção grave do mesmo, se corra o risco de degradação dos bens culturais móveis ou imóveis classificados ou em vias de classificação, o Ministério da Cultura pode, ouvindo o respectivo proprietário e os órgãos consultivos competentes, promover a expropriação dos bens referidos.
2. As autarquias podem, em condições idênticas, promover a expropriação dos bens móveis ou imóveis classificados, desde que o IPPC dê parecer favorável.

Artigo 17º

(...)

2. O Estado, as autarquias e os proprietários de parte de bens classificados gozam, pela ordem indicada, do direito de preferência em caso de venda de bens classificados ou em vias de classificação, bem como dos imóveis situados em zonas de protecção.

(...)

REGIME ESPECÍFICO DOS BENS IMÓVEIS

Artigo 21º

(...)

5. No prazo de 180 dias, contados a partir da comunicação de determinação da classificação, prorrogável por iguais períodos, elaborar-se-ão planos de salvaguarda de responsabilidade central, regional ou local, consoante os casos e as regras de competência.

(...)

8. Todos os planos de ordenamento territorial, nomeadamente os de urbanização, deverão considerar e tratar de maneira especial o património cultural existente na sua área, quer se trate de imóveis classificados quer de imóveis em vias de classificação, propondo medidas de valorização em todos os casos.

Artigo 22º

1. Os imóveis classificados pelo Ministério da Cultura dispõem sempre de uma zona especial de protecção.

2. Deverá ser fixada numa zona especial de protecção, em prazos a estabelecer pelo Ministério da Cultura, sob proposta do IPPC, com audição das autarquias, nela podendo incluir-se uma zona non aedificandi em todos os casos, salvo naqueles cujo enquadramento fique perfeitamente salvaguardado com a zona de protecção tipo.

3. Enquanto não for fixada uma zona especial de protecção, os imóveis classificados beneficiarão de uma zona de protecção de 50m, cotados a partir dos limites exteriores do imóvel.

Artigo 23º

1. As zonas de protecção dos imóveis classificados nos termos do artigo anterior são servidões administrativas, nas quais não podem ser autorizada, pelas câmaras municipais ou por outras entidades alienações ou quaisquer obras de demolição, instalação, construção, reconstrução, criação ou transformação de zonas verdes, bem como qualquer movimento de terras ou dragagens, nem alteração ou diferente utilização contrária à traça originária, sem prévia autorização do Ministério da Cultura.

(...)

Artigo 25º

Os bens culturais classificados pertencentes ao Estado só poderão ser alienados através de decretos especialmente elaborados para o efeito e assinado conjuntamente pelos Ministros de Estado, das Finanças e do Plano de Cultura, ouvidos previamente os serviços competentes.

Deste modo, torna-se evidente o porquê da classificação do edifício do Mercado do Bolhão. São então de relevante interesse patrimonial diversos pontos, dentro dos quais abaixo esclareço os seguintes: o facto de estar associado ao traçado da Rua Sá da Bandeira e a excepionalidade de constituir-se como edifício quarteirão; a sua exemplar concepção arquitectónica e urbanística, constituído um testemunho notável de vivências e memória colectiva; a sua referência e carga histórica que evoca um determinado valor e lugar; o seu valor estético, técnico e material, que sobressai enquanto expressão de utilização do betão armado e ferro, assumindo as exigências por estes determinadas; o valor físico da sua construção que manteve, ao longo do tempo, valores originais cujas campanhas de conservação não escamotearam nem se sobrepuseram à edificação, função e enquadramento original; e por fim, a sua carga simbólica enquanto elemento gerador de imagem e de identidades de um território e comunidade.

Conclui-se ainda, que enquanto Património gera atractividade e oportunidades de negócio; actua igualmente como elemento gerador de identidade e de imagem desta zona da cidade.

1.3.2

CONSERVAÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÓNIO

Entenda-se por gestão do património “o conjunto de actuações programadas com o objectivo de conseguir uma óptima conservação dos bens patrimoniais, e um uso destes bens adequado às exigências contemporâneas.”²⁸

A questão “para quê conservar?”, muitas vezes colocada frente à constante falta de verbas e/ou interesse por parte das entidades competentes, parece-me de resposta evidente. Considero fundamental conservar para que, ao possibilitar um melhor conhecimento do passado e presente, se instrua o pensar do futuro; para transmitir às novas gerações as referências de um tempo e de um espaço singular e possibilitar a consciencialização da intercomunicabilidade histórica; para que permita, no presente, um conhecimento mais completo do passado através da relação que estabelece com a memória, pressupondo uma leitura articulada da história e da cultura. Conservar é também fundamental na estabilização das populações, especificamente nas enraizadas em aglomerados ou conjuntos de características relevantes. Esta acção permite ainda a prática de uma política cultural que possibilita a consciencialização da intercomunicabilidade histórica, e, paralelamente, da continuidade e diferenciação de Portugal, no contexto universal.

Hoje em dia, o Património enfrenta um batido conflito entre o uso tradicional e o uso/reuso moderno, dados fundamentais para os projectos e programas desenvolvidos no âmbito da conservação. Coloca-se então a seguinte questão: A situação actual é de uso ou abuso? Numa análise de “respostas-tipo” apontadas pelo arquitecto Nuno Portas, surgem três posturas actuais de uso recorrente, quando se consideram questões relativas à intervenção no Património:

“Façamos tábua rasa do passado - o Património como mero elemento decorativo”;

“Jóia da coroa - o Património como elemento comercial”;

“Sustentabilidade - o Património como factor estratégico de desenvolvimento”.

²⁸ GALVÃO, Andreia, *Contributos para um modelo sustentável de gestão e conservação do património arquitectónico*, DisegnareCon, Dezembro 2008 - <http://disegnarecon.cib.unibo.it/article/view/1377/826>

É do senso comum que a sociedade evoluiu no sentido de uma crescente comercialização do património; processo simplesmente inevitável. Deste modo, é preferível que sejam agentes com formação adequada a geri-lo do que colocá-lo nas mãos de outros que se demonstrem motivados apenas pelo lucro fácil e que, provavelmente, acabarão por usurpar o sentido original dos bens patrimoniais.

Cabe portanto ao gestor do património definir regras e procedimentos necessários à boa execução das acções empreendidas, assegurando um eficiente aproveitamento de recursos. Compete-lhe também garantir que as iniciativas patrimoniais contemplem a própria diversidade característica do património em causa, actuando como factor de estabilidade, desenvolvimento e integração social. Convém compreender que o património arquitectónico, pela sua natureza intrínseca, é (e sempre foi) transformável. Numa época em que há uma permanente necessidade de “re-funcionalização” do património, negar a sua capacidade de mutação é, regra geral, altamente prejudicial ao seu perpetuar.

Sabe-se que o património actua como elemento gerador de imagem e de identidade de um território; que a valorização do património gera oportunidades de negócios convertendo-se em lugar de emprego e de atractividade, e que o desenvolvimento de um projecto de valorização de património contribui para melhorar a qualidade de vida da população. Igualmente crucial, é a associação deste tipo de equipamentos a universidades ou centros de investigação, no sentido de catalogação, produção e transmissão de conhecimento. Deste modo, torna-se imprescindível ter uma atitude de gestão integrada que considere a qualidade dos métodos (para garantir a conservação), a qualidade dos recursos humanos e experiência (capazes de garantir satisfação na visita) e a qualidade de vida (capaz de garantir o retorno no investimento).

É então fundamental a existência de uma gestão criativa e eficaz, de forma a integrar o Património nos programas de desenvolvimento e organização do território.

Segundo a arquitecta Andreia Galvão, vice-directora do IGESPAR, “o impacto não se faz sentir apenas ao nível da reabilitação urbanística e material: as suas consequências têm uma inestimável consequência na coesão social e nos processos de identificação das pessoas com os espaços que habitam, levando-as a desenvolver laços comunitários mais fortes e a manter estratégias informais de conservação e de valorização dos quadros ambientais em que decorre o seu quotidiano.”²⁹

²⁹ GALVÃO, Andreia, *Contributos para um modelo sustentável de gestão e conservação do património arquitectónico*, DisegnareCon, Diciembre 2008 - <http://disegnarecon.cib.unibo.it/article/view/1377/826>

2

CONVERGÊNCIAS

CONVERGÊNCIAS
Conservação e conversão

2.1

CONSERVAÇÃO E CONVERSÃO

CONSERVAÇÃO E CONVERSÃO

Conservar: v. *tr.* manter o estado actual; guardar bem; não perder; reter na memória; fazer durar; preservar.³⁰

Conversão: s. *f.* acto ou efeito de converter ou converter-se; mudança de uma forma ou qualidade sem mudança de substância; transformação; redução.³¹

É sabido que conservar é “guardar bem; não perder; reter na memória”. Há então que fazer uma retrospectiva na nossa existência e verificar que a memória é aquilo que faz perpetuar de forma irreversível o nosso passado, trazendo-o até ao tempo presente. Transpondo esta linha de pensamento ao património edificado, pela sua essência histórica, material e funcional faz com que a sua permanência seja o reflexo de uma época e/ou de um autor, a partir do momento em que “existe” e inicia o seu percurso no tempo.

Pergunto-me se a cidade, à semelhança da economia mundial, enfrenta um período de crise? Pertencerá a cidade das ruas, das praças e dos espaços públicos, das misturas de gentes e de tradições a um tempo passado alvo de um sentimento nostálgico?

Se esta crise existe, o seu palco é sem dúvida o espaço público (seja ele uma praça, um mercado, ou uma zona específica da cidade) sendo este, portanto, o ponto fulcral de actuação quando se pretende introduzir “nova cidade na cidade”.

Mais do que em crise, penso que estamos numa era de mudança; em mais uma fase de crescimento metropolitano. Contrariamente ao que muitas vezes se refere, as novas dinâmicas introduzidas não são necessariamente maldições que assombram o espaço urbano com o sentimento de modernidade. Deveriam antes ser entendidas como desafios aos quais se deve responder por um lado com os elementos de continuidade possíveis relativamente ao passado e, por outro, introduzindo novos elementos respondendo a novas necessidades e a novas formas de habitar o espaço comum, propondo novos modelos que constituam respostas integradas e integradoras.

³⁰ *Dicionário da Língua Portuguesa - 8ª edição revista e actualizada*, Departamento de Dicionários da Porto Editora, 1999

³¹ *Idem*

No caso dos centros antigos e dos seus edifícios históricos, a dialéctica saturação/degradação pode (e deve) ser substituída pela conversão/actuação. A saturação deve-se não só à terciarização de algumas áreas, mas também à inadequação de algumas das suas zonas aos usos presentes, provocando (por exemplo) o uso intensivo do automóvel e difícil fluidez de mobilidade. O importante da questão em edifícios inseridos neste panorama - como o Mercado do Bolhão - é que por um lado não se rendam à mono funcionalidade e, por outro não tentem servir para tudo. Devem, a meu ver, prender-se a algumas funções estratégicas e dominantes, como por exemplo à cultura, ao turismo ou ao comércio (lojas âncora, por exemplo), garantir boa acessibilidade e não estar nunca exageradamente saturado de acções/funções.

A degradação é passível de ser reduzida por uma combinação de actuações no espaço público e de acções pontuais nas zonas mais críticas, como que numa atitude de acupunctura que deve actuar em diversas áreas: nos equipamentos culturais, educativos ou históricos, nos edifícios de habitação, na promoção do comércio e na garantia de segurança.

Em resposta à dialéctica anteriormente referida, compreende-se agora que apenas através de um sentido de metamorfose (constante) se conseguem preservar os centros antigos das cidades. Ou melhor dizendo, segundo um sentido de conversão; entendendo por conversão uma “mudança de forma ou qualidade sem mudança de substancia.”³²

A questão que há que debater prende-se então com a memória e identidade colectiva, a monumentalidade e o património histórico.

A operação de conversão efectuada no Bolhão deverá então ser de extremo cuidado e atenção, para poder estabelecer uma espécie de modelo para futuras intervenções e para poder marcar um importante momento para repensar toda a urbanidade do centro histórico. Esta reabilitação deverá revelar-se exemplar e apresentar-se num sentido amplo: não dar excessiva carga à intervenção pontual no edifício em detrimento da intervenção na envolvente (a qual actualmente já mostra algumas cartas, pelos menos no que se refere ao estacionamento automóvel e interface de transportes públicos).

“O acto de intervir em defesa desse Património, implica um somatório de inúmeros esforços para responder às exigências que o mundo moderno nos impõe, e, sobretudo, não pode degenerar numa evolução que, partindo de uma ideia humanista, acabe por redundar em fundamentalismo, mesmo que com base na intenção de preservar cada identidade cultural.”³³

Para que se garanta um estado de conservação adequado à passagem do tempo - evitando a obsolescência ou a desertificação de determinado espaço ou edifício - no que respeita a edifícios históricos de carácter público, ou intimamente ligados com a população local, surge a necessidade de conversão. Este acto de mudança de qualidade sem mudança de substância, quando relativo a determinado edifício ou espaço público, está intrinsecamente associado a duas acções: a intervenção e a salvaguarda. A primeira representativa de um acto palpável e visível, espelho da

³² *Dicionário da Língua Portuguesa - 8ª edição revista e actualizada*, Departamento de Dicionários da Porto Editora, 1999

³³ ANTUNES, Catarina, *Património Edificado - a Autenticidade da Memória*, www.quintacidade.com

operação efectuada no edifício em questão; a segunda intimamente relacionada com a memória - e portanto assente num plano prévio e teórico - responsável pela articulação de um valor histórico ou sentimento passado com a realidade presente.

A salvaguarda do património edificado - matéria complexa e difícil de sintetizar - figura muito antes da intervenção realizada em obra, e apesar de ser uma componente não tangível, é o pilar determinante onde assenta toda a intervenção, uma vez que confina em si todo o conhecimento relativo aquilo que se está a proteger e permite identificar o seu porquê.

A necessidade de adaptação dos edifícios/costumes antigos aos tempos modernos é uma evidência. No caso específico do mercado do Bolhão a conversão (reforçando mais uma vez o sentido de alteração sem mudança da substância, distinguindo-se de uma transformação) parece-me, então, uma inevitabilidade.

“Mudaram as leis, mudaram as técnicas comerciais, mudou a produção e os seus incentivos, mudaram as embalagens e os transportes, mudou a normalização, as regras sanitárias, as dietas e os hábitos alimentares. Então, como seria possível não mudarem os mercados e feiras do Porto?”³⁴ Sendo necessária e evidente a mudança, a conversão - mais do que a transformação - parece uma aposta segura, e de sucesso à partida garantido. Esclarecendo, este tipo de operação caracteriza-se pela modernização de determinado espaço ou edifício que com o passar do tempo entrou em desuso, em estado de degradação ou de alguma forma inadequado ao tempo presente. Deste modo, possibilita-se a retenção de uma memória passada e a progressão da mesma pelo futuro, sem que nunca haja um total sentido de ruptura com o que outrora existiu; apenas um “update”. Ou seja, consegue-se a conservação através de uma operação de conversão - operação que se apresenta “segura” pelo facto de não adulterar memórias passadas responsáveis, grande parte das vezes, por identidades urbanas já consolidadas.

No que respeita a este tipo de operação, a cidade de Barcelona revela-se como exemplar; não só por ter adoptado a política de dispersão de mercados (já referida anteriormente), oferecendo à cidade uma eficaz rede de abastecimento alimentar, mas principalmente por ter sabido manter, ao longo dos anos, este tradicional hábito de consumo. Assim se manteve precisamente através de operações de conversão, que foram conferindo qualidade e conforto aos mercados que se iam tornando obsoletos ou, de alguma forma, de uso desconfortável. Foram sendo introduzidas novidades nestes espaços - como sendo coberturas, zonificação das bancas consoante os géneros alimentares, venda de novos tipos de produtos como congelados ou refeições pré-cozinhadas - sem que se alterasse/perdesse a sua essência histórica. Importa também referir que os mercados históricos de Barcelona, hoje integrados na rede de distribuição alimentícia, foram criados muito antes de serem unidos pelo *Eixample* (plano urbanístico de Ildefonso Cerdá, 1850), e que mesmo

³⁴ OLIVEIRA DIAS, Eng. Luís, *Sentir e Pensar os Mercados e Feiras do Porto*, Câmara Municipal do Porto, Outubro 1992

durante quase todo o século XX construídos outros tantos mercados distribuídos por diferentes bairros, atendendo sempre à necessidade de existência de um mercado num raio próximo de cada núcleo residencial; o crescimento de novos mercados só abrandou no final dos anos 70. Dado igualmente relevante no que concerne aos actuais hábitos de consumo desta cidade é o facto de que “ (...) 70% da população, habitualmente, vai ao mercado. Entendemos que no caso específico desta cidade, a paulatina constituição de mercados em bairros novos, permitiu que o sistema se mantivesse como uma forma de abastecimento muito importante para os consumidores. O facto deles aí se abastecerem fez com que a forma espacial tivesse uma permanência no tempo, mantendo a actividade para a qual o espaço foi construído desde o início.”³⁵ A visita a qualquer um dos mercados de Barcelona supõe ainda um fascinante espectáculo visual, provocado pela mestria com que os comerciantes expõem os seus produtos, criando fantásticos jogos de cores.

Contudo parece haver, na realidade que nos rodeia, uma certa dificuldade em conservar os poucos mercados que ainda resistem na cidade do Porto e em regenerar o hábito de consumo a eles associado. Para que tal se concretize, há (entre muitas outras) duas questões essenciais a ter em conta: qual o papel do mercado na actualidade, e qual a estratégia de planeamento urbano das nossas cidades. Parece-me contraproducente falar-se em políticas de revitalização dos centros históricos (por exemplo) enquanto ao mesmo tempo se atacam edifícios consolidados transformando-os em banais centros comerciais - como sucedeu no antigo mercado do Anjo com a sua transformação em Clérigos Shopping, ou na Rua de Santa Catarina em que nenhum dos dois centros comerciais construídos (o Via Catarina primeiro e o Porto Gran Plaza mais recentemente) apresenta o volume de vendas esperado, tendo mesmo fechado algumas lojas.

Ao mesmo tempo, é igualmente contraditório falar-se da revitalização da Baixa - das actividades e hábitos que a caracterizam - e anular o comércio tradicional de excepção que ainda subsiste com a criação das tais superfícies comerciais em zonas históricas de malha consolidada.

“Ao chegar a uma nova cidade,
o viajante reencontra um passado que não lembrava existir:
a surpresa daquilo que você deixou de ser ou deixou de possuir
revela-se nos lugares estranhos, não nos conhecidos.”

Ítalo Calvino

³⁵ PINTAUDI, Silvana Maria, *Os Mercados Públicos: Metamorfoses de um espaço na história urbana*, Universidad de Barcelona, 2006

2.2

TRANSIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

TRANSIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

Transição: s. f. acto ou efeito de passar de um lugar, de um estado ou de um assunto para outro; trajecto.³⁶

Transformação: s. f. acto ou efeito de transformar; mudança de forma; metamorfose; evolução; alteração; reforma.³⁷

O crescimento económico arrasta consigo a perda de importância dos pequenos produtores; não só porque estes vêem reduzido o seu papel económico face à concorrência imposta pela industrialização, mas também pela sobrevalorização do carácter simbólico atribuído à ideia de progresso que incentiva o desenvolvimento e expansão do comércio numa conjugada explosão de funções, comunicação e circulação. A par do crescimento económico, o aumento demográfico acrescenta à cidade um carácter de “organismo em que coexistem diversas funções e formas urbanas onde o sentimento de viver colectivo passa a representar uma preocupação no sentido de conjugar o crescimento com o desenvolvimento urbano.”³⁸ Numa necessidade de resposta à crescente competitividade na sua envolvente próxima, novos tipos de comércio acabaram por surgir no interior de Mercado do Bolhão dando-se uma progressiva alteração do uso do espaço comercial. Mas entenda-se que estas novas actividades sempre foram bem vistas pelo sector tradicional, numa perspectiva de assegurar clientes antigos e atrair outros novos. Restaurantes ou mesmo “boutiques” (bens não perecíveis) convivem lado a lado com as tradicionais bancas de abastecimento diário de bens alimentares. Se por um lado este factor vem aumentar a terciarização desta zona, por outro vem provocar um certo enfraquecimento de competitividade provocado pela irrupção de produtos que não os tradicionais - e portanto, menos personalizados - que fazem decrescer a procura de produtos qualificados que em tempos só se encontrariam nesta zona específica de comércio e davam resposta ao chamado consumo de alto standard (conceito aproximado ao de consumo “gourmet”, de comércio de excepção).

³⁶ *Dicionário da Língua Portuguesa - 8ª edição revista e actualizada*, Departamento de Dicionários da Porto Editora, 1999

³⁷ *Idem*

³⁸ VIEIRA, Humberto / AFONSO, Rui Braz, *Sentir e Pensar os Mercados e Feiras do Porto*, Câmara Municipal do Porto, Outubro 1992

“A presença do mercado público na cidade ou fora de seus muros (quando eles existiam), seja de forma temporária ou perene, nunca foi questionada como local de abastecimento de produtos enquanto em diferentes sociedades perdurou o costume de ali realizarem as trocas necessárias à reprodução da vida. O questionamento dessa forma emerge, justamente quando ela passa a se desfazer, quando ela chega aos limites de sua existência enquanto forma (incluída sua estrutura e função) reconhecida e apropriada socialmente para a reprodução da sociedade. Quando esse costume sofre uma ruptura com a presença de outras formas de abastecimento, mais modernas, surgem como possibilidades a metamorfose do mercado público, que passa a ser apropriado como lugar “tradicional”, onde se pretende produzir uma “identidade” para a sociedade, ou então o desaparecimento dessa forma da paisagem urbana e, conseqüentemente, do imaginário.”³⁹

Neste sentido é defensável que, para que uma forma exista no tempo, esta precisa necessariamente de se transformar - mudar de forma, portanto - ao mesmo tempo que tenta perpetuar, “reproduzindo” raízes. Tal sentido de transformação, a meu ver de abordagem mais sensível do que a conversão, por acarretar um maior risco de ataque à identidade de determinado edifício ou espaço, tanto pode ser o sucesso como o extermínio da operação efectuada. Nesta linha de pensamento dois exemplos fulcrais - um pelo seu sucesso, outro pelo seu fracasso - são o mercado de Convent Garden em Londres, e o Fórum Les Halles em Paris (respectivamente).

À semelhança do mercado do Bolhão, Convent Garden nasce também no espaço de uma praça onde, desde 1649, se realizava uma pequena feira diária de frutas e vegetais. Como consequência do grande incêndio de Londres (1666) que exterminou grande parte dos mercados da cidade, a área de mercado de frescos, até ao ano de 1760, acabou por dominar toda a *Piazza* - praça porticada de estilo Palladiano, projectada pelo arquitecto Indigo Jones. “The main building in the Piazza we see today was erected in 1830 by Charles Fowler (...) Gradually, other market buildings were added. The first part of the Flower Market was put up in 1872 - it is now used by the London Transport Museum and the National Theatre Museum. More significantly, the market extended into the houses and shops in the streets around (...)”⁴⁰.

Contudo, por se tratar de uma zona de Londres muito congestionada e de difícil circulação, o mercado acabou por ser transferido para outra zona da cidade (para Nine Elms, no ano de 1973) deixando a praça com inúmeros edifícios vazios. “The planners wanted to knock most of it down and build a new metropolis of through highways, hotels and conference centers. But a vigorous campaign by local residents and the general public prevented this vandalistic plan from going through. Instead, the market was renovated to become the popular shopping centre it is, and gradually the streets around became a mecca also for shoppers and for niche businesses.”⁴¹

³⁹ PINTAUDI, Silvana Maria, *Os Mercados Públicos: Metamorfoses de um espaço na história urbana*, Universidad de Barcelona, 2006

⁴⁰ RICHARDSON, John, *Convent Garden - A Brief History*, in www.conventgardenlife.com

⁴¹ RICHARDSON, John, *COVENT GARDEN - A BRIEF HISTORY*, in www.conventgardenlife.com

Factor de sucesso na transformação do Convent Garden foi a combinação de um novo programa - o qual inclui inúmeros restaurantes, lojas dos mais diferentes géneros, cafés e bares, casas de chá, e ainda a Royal Opera House - que tornou o antigo mercado num autentico “centro cultural”, com a não destruição do seu interior, mantendo os elementos existentes; nomeadamente a estrutura e a cobertura, conservando vivo o seu simbolismo histórico, turístico e urbano. Desactivado o antigo mercado de frutas e legumes e reorganizado todo o seu espaço, Convent Garden agora serve também de palco a inúmeros artistas de ruas, desde músicos e palhaços a saltimbancos, dotando este espaço de uma impressionante e ao mesmo tempo característica “fauna” urbana.

Já o sucedido em Les Halles, em Paris, é apontado como exemplo mas no sentido do seu redundante fracasso. A história do mercado de Les Halles e a razão da sua extinção é em tudo semelhante à de Convent Garden (ver pag. 14 e 15). Aqui, o vazio deixado pela deslocação do mercado para outro local da cidade ficou conhecido pelos parisienses como o *Le trou des Halles*⁴² e só foi preenchido anos mais tarde, quando na década de 70 um novo concurso o transformou no que se conhece hoje como Fórum Les Halles. O concurso, a título de convite, contou com quatro equipas pré-selecionadas: OMA/Rem Koolhaas, Jean Nouvel, MVRDV e David Mangin Seura, autor do projecto vencedor - um gigante centro comercial em total desrespeito com a envolvente, desenvolvido em 5 pisos e por baixo do qual se situa uma das maiores e mais caóticas estações de metro de Paris.

“Quem já se atreveu a percorrer o local com certeza se perdeu e foi difícil chegar onde se quis. Embora existam placas informativas, a sensação de reconhecimento do espaço é difícil. Não se sabe onde está, não se sabe para onde vai, ou pelo menos, leva tempo. O espaço foi construído há apenas 30 anos atrás, mas é perceptível o envelhecimento precoce do edifício; a inadequação do projecto às necessidades actuais de uma metrópole de quase 10 milhões de habitantes; problemas com mobiliário urbano e sinalização; saturação da circulação de pedestres e total ausência de ligação do edifício com importantes monumentos e edifícios como a Eglise Eustache e Bourse du Commerce. Os parisienses têm real pavor desta construção, que leva a assinatura típica de uma arquitectura da década de 70. Além disso, o local é considerado "perigoso" pois foi eleito como o ponto de encontro da "galera da periferia" da cidade de Paris.”⁴³

⁴² “ O buraco de Halles”

⁴³ www.architecture.blogger.com.br, 28 de Fevereiro 2005

“Como reconhecer então os mercados públicos no presente e as possibilidades de seu devir enquanto espaço de trocas, no mundo de hoje, quando vivemos uma privação geral de sentido que se constituiria na única possibilidade de continuar criando raízes? Essa falta de reprodução de raízes no espaço, e, portanto, de duração no tempo longo, não significa uma ameaça no futuro imediato? O tempo, ao contrário do espaço, não é reversível: passado, presente e futuro são momentos, enquanto altura, largura e profundidade são dimensões, embora ambos sejam propriedades da matéria e por essa razão se atravessam.”⁴⁴

Tradicionalmente, o mercado situa-se na praça central e serve a função de local de troca: troca de bens alimentares, mas igualmente de troca de conversas, de gestos, de olhares e de culturas. Há então que reacender esta imagem simbólica de ponto de troca da cidade, prevenindo os factores que o tornam desadequado à actualidade (como a dificuldade de abastecimentos, as fracas condições de higiene e as deficiências estruturais), criando condições para que o espaço do mercado possa verdadeiramente vingar enquanto pólo catalisador do centro da cidade.

Conforme referido no documento *Sentir e Pensar os Mercados e Feiras do Porto* “A reconversão funcional do Mercado do Bolhão deverá ser entendida como um elemento de aceleração da revitalização urbana da zona em que está inserido, de forma a concorrer para a transformação qualitativa que parece urgente. O conceito de catálise urbana é aqui entendido, recorrendo à analogia química, como elemento que introduzido num contexto, pode acelerar uma reacção que se encontra sob o efeito de um certa entropia, lida esta como a capacidade de efectuar transformações espontâneas que acabam produzindo determinado grau de desordem no sistema urbano.”⁴⁵

O espaço circundante do mercado foi e é, desde sempre (da era do eléctrico à recente era do metro) um importante ponto de intercâmbio de transportes públicos urbanos e suburbanos. É igualmente uma zona de alguma desarrumação no que concerne ao tráfego automóvel, à qualidade ambiental e ao conforto de utilização. Este motes terão já servido de base à criação dos inúmeros parques de estacionamento, que se apresentam hoje em dia em considerável número⁴⁶ e vêm contra-argumentar o facto de que um dos problemas do Bolhão é a falta de estacionamento e o consequente desconforto na aquisição de produtos neste mercado. Está, portanto, assegurada uma constante circulação de pessoas nesta área da Baixa Portuense, comprovando a não inércia desta zona e sublinhando a sua forte capacidade enquanto atracção urbana, ponto de influência e ponto de encontro de várias linhas de transportes públicos.

Segundo a formulação de Wayne Attoe e Donn Logan, o acima referido fenómeno de catálise resume-se como sendo uma acção urbana que respeita e abraça a sua envolvente, e descreve-se pelos seguintes tipos de ocorrências: - o elemento urbano a reconverter deve ser formalmente condicionado pela cidade, pelo seu processo urbano e, em contrapartida, ser capaz de condicionar o

⁴⁴ PINTAUDI, Silvana Maria, *Os Mercados Públicos: Metamorfoses de um espaço na história urbana*, Universidad de Barcelona, 2006

⁴⁵ VIEIRA, Humberto / AFONSO, Rui Braz, *Sentir e Pensar os Mercados e Feiras do Porto*, Câmara Municipal do Porto, Outubro 1992

⁴⁶ NOTA: Existem actualmente 3500 lugares de estacionamento num raio de 300m - dados adquiridos aquando da realização do workshop “PortoRedux”

seu contexto; - deve ter um carácter dinâmico, no sentido de produzir impacto sobre a envolvente; - não deve pretender constituir-se em alternativa aos elementos existentes, mas sim complementar as suas tendências de desenvolvimento urbano potencialmente presentes na zona, integrando-se no contexto e almejando servir de acelerador da transformação através do desenvolvimento formal de uma ideia de revitalização urbana.

Considero então fundamental o entendimento do processo de declínio urbano do qual a zona em questão tem vindo a ser alvo, assim como das transformações já efectuadas, procurando definir uma espécie de quadro clínico (ou tendencial) que possa servir de fio condutor a intervenções futuras e que se revele verdadeiramente correctivo, eficaz e explicativo. Não há, no entanto, soluções pré-determinadas; a solução estará na compreensão e aceitação dos componentes a considerar nesta operação, numa perspectiva alargada que considere a envolvente e os elementos presentes no sítio. É ainda fundamental a continuidade física e simbólica, estabelecendo bons compromissos entre o tecido histórico e o que nele surge de novo, favorecendo a mescla social e funcional em todas as áreas.

Uma correcta intervenção deve então ser capaz de dar uma resposta eficaz a três tipos de desafios: urbanístico, sociocultural e político.

O desafio urbanístico requer respostas sobre a ordenação dos elementos construídos, o estabelecimento de trajectos que dêem continuidade às restantes partes da cidade e interligação dos espaços intersticiais através de uma boa acessibilidade. Todos estes elementos estão, de forma muito clara, presentes no Mercado do Bolhão; não só por estar associado ao traçado da Rua Sá da Bandeira, mas também por ser (desde sempre e como já foi referido) um ponto de confluência de gentes, transportes e trocas comerciais.

O desafio sociocultural exige dar qualidade ao espaço e que se entenda o património não apenas como um acontecimento isolado, mas através de uma relação física e simbólica. O espaço em questão tem, portanto, que cumprir uma função integradora complexa, combinando uma visão universalizadora (global) com uma visão comunitária (local). É igualmente óbvio de que forma o Mercado do Bolhão encaixa na resposta a este desafio.

Relativamente à questão política, deve também estar presente um “palco” de expressão dos colectivos sociais, devendo aqui reflectir-se a organização e acção dos sectores políticos que aqui intervêm. Sendo o Mercado do Bolhão um imóvel classificado, pertencente ao município, torna-se imediatamente num bom “cartão postal” daquilo que se passa em termos políticos na cidade do Porto (no sentido da capacidade de intervenção e de dinamização de zonas vitais da cidade).

Insistindo na ideia de que não poderão haver nunca soluções pré-determinadas e válidas para todas as situações, considero que uma boa atitude de intervenção poderá resumir-se como sendo um projecto que não é encarado apenas como uma solução para um problema, mas que procura resolver, de forma integrada, vários problemas de uma vez. Deve ainda adoptar uma estratégia que além de coerente face ao existente, seja desejável por parte da população, demarcando deste modo uma área de intervenção maior do que aquela abrangida apenas pelo sentido físico do projecto. Tudo isto respeitando, claro está, a tradição cultural e a urbanidade de cada lugar em questão.

2.3

INOVAÇÃO E CONTINUIDADE

INOVAÇÃO E CONTINUIDADE

Inovação: *s. f.* acto ou efeito de inovar; introdução de qualquer novidade no governo, na administração, nas ciências, nas artes; novidade; renovação; criação.⁴⁷

Continuidade: *s. f.* qualidade de contínuo; ligação não interrompida; duração contínua; repetição incessante; contiguidade. *adj.* que não comporta intervalos ou elementos realmente distintos; ininterrupto; seguido; sucessivo. ⁴⁸

Vivemos numa sociedade de consumo, em que todos somos consumidores passivos. Cria-se um sentimento de redundância, numa tendência geral para a curta durabilidade dos objectos. Este sentido de desperdício verifica-se não só nos bens materiais, mas também em diversas áreas, lugares e disciplinas - tais como a arquitectura, o urbanismo, a política ou a moda - num constante excesso que tendemos a justificar com uma falsa necessidade.

“Acontece que, nos tempos de hoje (não sei se terá sido sempre assim), continuamos a criar novas estruturas com a lógica da separação dos saberes, enquanto já estamos a abandonar ou a demolir as que se fizeram uma ou duas gerações antes. Urbanizações, prédios, estradas, saneamentos, portas, aeroportos... tudo dura menos. Claro que as exigências mudam ou crescem - esse é o álibi político ou de cada uma das especialidades chamadas aos novos projectos.”⁴⁹

Porém, acredito que através da arquitectura se possa contrapor essencialidade a esta redundância, procurando na essência de cada objecto (de cada coisa) o contrário do que é supérfluo ou excessivo, num combate ao desperdício material, moral e ético.

Até à revolução industrial, os objectos eram adquiridos e fabricados para durarem uma vida, perpetuando por vezes de geração em geração. Ao multiplicar-se a capacidade de produção e consequentemente a oferta, a duração do tempo de vida dos objectos foi radicalmente encurtada. Prova fácil e evidente desta actual verdade são os produtos “inteligentes” ou os “gadgets” que estando associados a tecnologias de ponta, tem uma durabilidade curtíssima, uma vez que estão em constante evolução, tornando-se rapidamente ultrapassados, numa total correspondência com a lei de Moore.⁵⁰

⁴⁷ *Dicionário da Língua Portuguesa - 8ª edição revista e actualizada*, Departamento de Dicionários da Porto Editora, 1999

⁴⁸ *Idem*

⁴⁹ PORTAS, Nuno, *Arquitectura(s). Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, FAUP Publicações, 2005

⁵⁰ NOTA: Gordon E. Moore - presidente da Intel - previu em 1965 que a cada 18 meses os chips aumentariam a sua capacidade de processamento em 100% sem aumento proporcional de custo. Por exemplo, nos anos 80, um aparelho capaz

Tudo isto faz pensar que, hoje em dia, a tão aclamada sustentabilidade das novas soluções poderá estar condenada ao insucesso cultural, devido a uma consequente obsolescência funcional e técnica, sujeitando-se eventualmente a juízos de carácter negativo.

“Numa sociedade que celebra o acessório, a arquitectura pode resistir, contrariar o desperdício de forma e significado, e falar a sua própria linguagem. Acredito que a linguagem da arquitectura não é uma questão de estilo específico. Todo o edifício é construído para um uso específico, para um lugar específico e para uma sociedade específica.”⁵¹ Contudo, e apesar da especificidade, é essencial que não se caia na monodisciplinaridade e, de forma consequente, na monofuncionalidade, evitando uma redução da sustentabilidade e garantido um desempenho eficaz e duradouro.

“É suposto que as avaliações de impactos julguem os projectos destes pontos de vista múltiplos (e não só os da disciplina dominante do projecto), prevendo os efeitos directos, e sobretudo os indirectos, futuros; e uma das consequências da sua prática vê-se no alargamento com que hoje se exige a continuação das equipas projectistas - o que só por si, como sabemos, não garante a interdisciplinaridade na concepção..., nem das obras nem dos próprios estudos de impacto. (...)

Os défices, antes de serem políticos, são da nossa responsabilidade, da responsabilidade das nossas formações estanques, preocupadas em otimizar ou agigantar soluções feitas dos anos 40 a 60, em vez de repensar os conceitos para serem adaptáveis aos novos dados urbanos.”⁵²

Actualmente, numa era em que as grandes superfícies comerciais oferecem eficazes técnicas de marketing e um conjunto de atractivos pensados em função dos hábitos de consumo - conseguindo um significativo aumento da intenção de consumo - o bem “a granel” tem cada vez mais dificuldade em impor-se.

Edifícios como o Mercado do Bolhão devem ser “Cada vez mais um lugar de inovação, um instrumento de mudança, mais do que um espaço”.⁵³

A realidade, independentemente do seu tempo, sempre se apresenta como em constante mutação. Urge, desde sempre, a necessidade de criação de novos lugares, de novos organismos, de expansão e de um constante melhoramento do existente. Nesta linha temporal, verifica-se um certo instinto de agrupar pequenas singularidades de forma a progredirem em pluralidades: um importante e quase que espontâneo factor de mudança, que torna cada uma destas “células” mais importantes na sua singularidade do que no seu conjunto.

Contudo, face a uma constante mutação das coisas e dos espaços e a uma grande dose de desentendimento e incapacidade de resolução de diversos problemas, assiste-se actualmente a uma certa tendência de “higienização” dos centros antigos das cidades, favorecendo novas áreas.

de armazenar um gigabyte custava milhares de euros e ocupava literalmente um armário; hoje, ocupa o tamanho de uma moeda e disponibiliza-se por um preço bastante menor

⁵¹ ZUMPHOR, Peter, *A Way of Looking at Things*,

⁵² PORTAS, Nuno, *Arquitectura(s). Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, FAUP Publicações, 2005

⁵³ PALMESINO, John, *Prototipo n°7*

Como que numa atitude de limpeza, em que se substituem espaços públicos por áreas privatizadas, fazendo acreditar que os espaços de melhor qualidade e oferta são os encerrados “intra-muros” (como os centros comerciais ou grandes superfícies de lazer), em detrimento dos espaços ao ar livre espalhados um pouco por todas as cidades, e que igualmente oferecem diversos tipos de actividades.

Nos novos centros⁵⁴, ou centros estratégicos, instalam-se as actividades ditas de ponta, oferecendo uma gama de produtos mais avançados; ao passo que no centro tradicional se dá um empobrecimento crónico da complexidade funcional. A habitação no centro tradicional é hoje muito escassa (não por falta de fogos, mas por falta de habitantes) e não há como concorrer com a imagem de modernidade de outras zonas da cidade onde se desenvolvem os referidos novos centros e onde o comércio tradicional é já praticamente inexistente (como por exemplo as zonas da Boavista, Foz ou mesmo Matosinhos). A vitalidade de qualquer centro antigo é posta em causa a partir do momento em que este se homogeneíza funcionalmente ou naquilo que tem a oferecer, assemelhando-se a qualquer outro centro de qualquer outra cidade, ou mesmo a qualquer outra parte da mesma cidade. Frequentemente, os centros deterioram-se e convertem-se em zonas marginais e obsoletas. Ou porque se congestionam de dia e se esvaziam à noite, ou porque são alvos do estigma da pobreza e insegurança.

Importa esclarecer que os centros não são núcleos da vida urbana unicamente pela sua capacidade multifuncional e por produzirem um efeito integrador. São também o lugar da diferença, onde o distinto sobressai; as cidades diferenciam-se sobretudo pelo seu centro, sendo este, universalmente, o seu cartão de visita. Pretendem-se, então, centros integradores e polivalentes, constituídos por tecidos urbanos funcional e socialmente heterogéneos. E quanto maior for a sua diferenciação relativamente às demais cidades, maior será o seu potencial integrador.

É então urgente intervir nesta zona (no centro tradicional) de forma a inverter esta actual tendência; e a reconversão do Bolhão pode revelar-se como um excelente motor de dinâmica, que abra portas a todo um repensar da urbanidade da Baixa, investindo numa transformação qualitativa; ou seja, inovando pela continuidade.

⁵⁴ NOTA: o conceito de “centro”, do ponto de vista urbanístico, não tem que ser 1 centro, pode ser multinuclear. Acentua-se assim a ideia de que o centro não é apenas um conjunto de elementos simbólicos centrais aos quais se agregam espaços residenciais, mas sim que a centralidade é a difusão desta monumentalidade em diferentes centros que articulam significado, função e território entre si.

3

IDENTIDADE URBANA

3.1

IDENTIDADE PERDIDA E IDENTIDADE RENOVADA

IDENTIDADE PERDIDA E IDENTIDADE RENOVADA

Os processos de comunicação evoluíram de tal maneira, que hoje em dia já não é necessário sair de casa para fazer compras, ir ao mercado, ao banco, ou mesmo para encontrar outras pessoas. A tradicional praça de mercado, o fórum, está agora dentro de casa - dentro da televisão, dentro do computador ou dentro do telefone. Com a progressiva interiorização do espaço público, a cidade vai-se esvaziando. A actividade da praça pública foi igualmente esmagada pelos centros comerciais onde um sem fim de programas se junta num mesmo espaço; espaço onde é possível fazer compras, ir ao ginásio, deixar as crianças, comer, ver uma exposição ou um filme, encontrar os amigos... sente-se, então, uma queda do valor do espaço público; termo que perde significado dada a acelerada transferência de actividades normalmente realizadas em espaços abertos da cidade para o interior dos edifícios. A par, a informática faz diminuir (ou mesmo) desaparecer alguns lugares públicos tradicionais como bancos, mercados, oficinas, livrarias. Numa perspectiva exagerada, actualmente o espaço público parece restringe-se a servir a eficaz circulação de pessoas e mercadoria, tornando-se a cidade obsoleta no que respeita à sua função comunicativa.

Contudo, os centros comerciais enquanto meio cultural artificial, não possuem as qualidades que as ruas e praças públicas detêm enquanto detentoras de história e memória, não podendo ser dissociadas do seu carácter identitário, relacional e, claro está, histórico. O espaço público esteve sempre aberto a todas as pessoas, vivências, intercâmbios e ideias.

Outro ponto importante na mudança da estrutura física das cidades, provocado pela revolução informática é a dispersão urbana e o fim da ideia de um só centro em cada cidade; os conceitos de tempo, espaço e circulação foram radicalmente alterados, introduzindo grandes diferenças na organização espacial.

Consequentemente, e como desenvolvido em *Genius Loci*, surgem os “não-lugares”, que são o espelho da negação de identidade. “Muitas vezes se verifica em ambientes modernos uma grande pobreza no que concerne ao sentido de identidade e de lugar, tornando-os locais obsoletos e desinteressantes face a outros espaços com tradição e sentido histórico. Gera-se deste modo um

sentimento de perda de lugar; uma falta de sentido de pertença a um sítio, que variadas vezes resultam em vazios urbanos (em lado nenhum – “nowhere”)⁵⁵

Assiste-se a uma acentuada perda de importância do Mercado do Bolhão enquanto grande mercado abastecedor da cidade e enquanto território de influência, por ter vindo a ser “esmagado” por pólos comerciais concorrentes espalhados por toda a cidade e pensados de acordo com os actuais modelos de consumo, muito diferentes daqueles que satisfaziam as necessidades de abastecimento diário do passado século. Vários outros factores podem ser apontados como causadores desta acentuada perda de protagonismo, que vem roubar a identidade de outrora: o crescente abandono do centro histórico da cidade em favor de novos centros estratégicos localizados noutros pontos da cidade (com por exemplo a zona da Boavista ou das Antas); a capacidade destes novos centros de digerir com relativa facilidade a intensidade de tráfego; um novo modelo de vida urbana que mais facilmente se identifica com realidades como o “business center” ou o centro comercial, entre outros. O Mercado do Bolhão, elemento urbano em tempos determinante na definição do carácter urbano desta zona, não teve como escapar a esta galopante perda de importância e falta de atenção.

A propósito de Louis Kahn e o seu sentido de lugar, Christian Norberg-Schulz refere ainda: “First of all, Kahn understood architecture in terms of place. A “room” is for him a place with its particular character, its “spiritual aura”. The street is a “room of agreement”, and the city an “assembly of places vested with the care to uphold the sense of a way of life. (...) Form is not simply function, but a conceived order.”⁵⁶

Assumida a premissa anterior, convém não esquecer que o mercado público é, por excelência, forma de intercâmbio de produtos e de cidadãos. Forma essa encontrada em cidades da antiguidade e que tem continuidade no espaço ainda hoje, devido ao facto de poder dialogar com outras formas comerciais mais modernas, não se esgotando nunca na sua essência.

Ao longo deste século, há uma nova demanda de sentido de continuidade. Ao entender a arquitectura segundo este ponto de vista, ganha-se um rumo e sentido, a meu ver, fundamental para o nosso trabalho quotidiano enquanto arquitectos e “fazedores” de cidade. Parece-me seguro afirmar que apenas quando compreendemos o lugar estamos aptos a participar criativa e correctamente na cidade, contribuindo para a sua história. E conhecer um lugar é conhecer a sua cultura; aspecto esse que é o que me parece mais polémico e que sempre serve de alvo à controvérsia. Isto porque qualquer intervenção no património implica sempre que se mantenha ou que se altere (mais ou menos profundamente) aquilo a que comumente chamamos a “imagem” de um edifício ou de uma certa área urbana. Qualquer intervenção, portanto, não vive nunca separada da identidade do lugar e da imagem arquitectónica, nem é possível de ser executada sem que não seja feita nenhuma alteração ao existente.

⁵⁵ NORBERG-SCHULZ, Christian, *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*. Rizzolli, New York, 1980. (tradução livre)

⁵⁶ NORBERG-SCHULZ, Christian, *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*. Rizzolli, New York, 1980.

Há, contudo, um problema: se limitamos a nossa atenção à importância do lugar e à sua identidade, corremos o risco de provocar uma crescente dissociação entre o uso do espaço e a sua identidade... não só se perde a relação com a função como também se perde a comunicação entre as diferentes identidades.

Como Nuno Portas esclarece “(...) falo de imagem arquitectónica, lida nos edifícios singulares ou nos conjuntos e não da imagem urbana que pode sobreviver às sucessivas e variadas culturas artísticas como verdadeiro palimpsesto que manterá e qualifica no essencial o sistema estruturante do espaço público. Enquanto a edificação se renova obedecendo aos cadastros de regras de implantação aceites como suficientemente consensuais.”⁵⁷

Igualmente fundamental no que concerne à intervenção no património é a escolha de um programa que não só se adegue ao edifício ou área urbana em causa, mas também que seja capaz de potenciar e dinamizar de forma positiva o mesmo. Citando novamente Nuno Portas:

“É a questão da escolha do programa para certos lugares ou edifícios singulares que se bem doseados podem detonar ou ancorar as reabilitações generalizadas no seu entorno. (...) Estes programas são sujeitos as duas tentações extremas: a da continuidade temática a acompanhar o mimetismo físico ou, no outro extremo, a da mudança radical de programa, em geral por razões financeiras, que são já lugares comuns, e que transformam o existente numa espécie de caricatura, deixando alguns elementos do antigo como álibis envergonhados da mudança. Entre estes dois extremos, o conservador e o novo-rico-fantasia, há felizmente diversas composições de funções e linguagens dos espaços que podem trazer novidade à área consolidada mas decadente à sua volta. (...) Pré-reformadores imaginativos precisam-se! Do mesmo modo, a ingénua solução de fingir que se conserva a memória do lugar tornando-a “décor” alusivo pode nem ter o efeito de renovação e atraiçoar o de conservação. Arquitectos transfiguradores (com bom senso) precisam-se igualmente!”⁵⁸

Verifica-se desde sempre, que o Mercado do Bolhão - quer na forma de praça quer enquanto edifício - sempre desempenhou um papel fundamental na urbanidade e sociabilidade da zona em que se insere. É então fundamental uma visão do Mercado como pólo dinamizador da vida urbana, avaliando a sua condição de ícone capaz de continuar a representar uma forte identidade urbana. Neste sentido, tornar-se-á representativo de uma nova dimensão cultural e simbólica da cidade. Estamos perante um caso de identidade quase - ou praticamente - perdida (pelos anos passados, pela degradação e acima de tudo pela mudança de hábitos de consumo) à qual, apesar de tudo, se reconhece a sua elevada carga simbólica; o que permite atingir uma identidade renovada e adequada à imagem actual da cidade.

Além do seu carácter simbólico, a sua localização contribui de forma igualmente significativa à dinamização da cidade a partir deste ponto-chave. “A escolha deste local foi portanto uma decisão de carácter eminentemente urbanístico, onde estiveram presentes a consideração de factores como

⁵⁷ PORTAS, Nuno, *Redux: alguns avisos politicamente (in)correctos*, Porto, 2008

⁵⁸ Idem

a acessibilidade, a necessidade de abastecimento a grande número de indivíduos, a concentração de diversos mercados avulsos que se difundiam um pouco por toda a cidade com inconvenientes higiénicos e de dificuldade de circulação”.⁵⁹ Compreende-se então de onde advém o seu potencial enquanto ponto catalisador da estrutura urbana. Não será deste modo difícil vincar uma resistência à pressão exercida pelas novas formas de consumo, valorizando um tipo de estrutura de comércio impulsionadora de um positivo tipo de desenvolvimento e caracterização urbana, contrariando a actual tendência dos centros das cidades para a monofuncionalidade e desertificação.

A arquitectura actua na memória e no imaginário das pessoas, numa procura pela provocação de emoções. A revitalização do Mercado do Bolhão poderá então ser um momento chave para que uma operação arquitectónica e de desenho urbano constitua um verdadeiro estímulo à consolidação da imagem urbana, através de uma visão integrada e alargada a um programa global de revitalização de toda a baixa portuense.

⁵⁹ VIEIRA, Humberto / AFONSO, Rui Braz, *Sentir e Pensar os Mercados e Feiras do Porto*, Câmara Municipal do Porto, Outubro 1992

3.2

MÉTODOS DE APROXIMAÇÃO E FORMAS DE ACTUAR

MÉTODOS DE APROXIMAÇÃO E FORMAS DE ACTUAR

Não há como negar que a relação entre património e turismo se estabeleceu de forma definitiva. Há, no entanto, que estabelecer regras de coexistência entre ambos numa perspectiva que visa a rentabilização económica e o desenvolvimento social. Ao turismo coloca-se o desafio de utilizar os recursos patrimoniais numa perspectiva de desenvolvimento duradouro e rentável, baseado em critérios de qualidade; de modo que os seus benefícios se reflectam na melhoria efectiva da qualidade de vida dos cidadãos, tanto daqueles que o praticam como daqueles que o acolhem. Para que tal se verifique, considero fundamental que qualquer intervenção patrimonial deva ser desenvolvida a nível local, com a participação activa de todos os cidadãos e agentes culturais. O exercício cultural não pode, portanto, ser projectado como um fenómeno isolado da população e do próprio cenário no qual se insere.

Considerável parcela das intervenções de gestão patrimonial realizam-se ao nível das instituições que financiam o projecto e em escasso contacto com os agentes de execução, criando disparidades funcionais e ideológicas - como serve de exemplo o sucedido com a Tramcrone. Em contrapartida - e felizmente - verificam-se cada vez mais intervenções de índole municipal em que se percebe que para tratar determinado edifício ou zona histórica não basta apenas tratar das “pedras”, mas também tratar das pessoas, considerando-as agentes activos e intervenientes na programação e gestão dos préstimos que se lhes destinam.

Esclarecendo, em projectos de carácter patrimonial, as opções tomadas não devem cingir-se apenas aos membros competentes do poder de decisão centralizado, mas expandirem-se num sentido de proximidade do local onde se desenvolve a acção (no nível onde se opera e realizam as acções). Para que o funcionamento administrativo e operativo seja encarado com positivismo, considero ser necessária a existência de uma descentralização da autoridade e das iniciativas tomadas, permitindo que todos os agentes envolvidos na operação sejam passíveis de ser responsabilizados por todas as suas acções, de forma que o resultado final seja encarado como somatório do empenho e esforço de todos os intervenientes no seu conjunto, e de cada um na sua individualidade.

Somente através desta conjugação de competências e esforços entre todos os órgãos de poder e a participação das várias entidades competentes nos domínios do património e do turismo (como servem de exemplo as associações culturais, as universidades, as empresas, etc...) se poderá verificar uma melhoria na gestão do nosso reconhecido património cultural.

Ideal seria um tipo gestão que utilize de forma adequada e eficaz os meios que tem ao seu dispor, potenciando a criação, a conservação, a investigação, a difusão e, acima de tudo, o impacto que o património tem na sociedade e na população. Deste modo, garante-se que o testemunho seja legado a gerações futuras, fazendo jus ao direito que cada comunidade tem à sua própria identidade. Como refere Rosa Garrigós, gerir o Património Cultural deverá ser "(...) administrá-lo de tal modo que, não só não se deteriore e pereça, mas que também se reabilite, se enriqueça, seja conhecido e desfrutado por todos e se converta num elemento de desenvolvimento económico e social."⁶⁰

A existência de um gestor competente deverá concentrar todas as responsabilidades de manutenção, dinamização e concessão de todos os espaços existentes no edifício do Mercado do Bolhão, abrindo-os a todos os tipos de visitantes, vendedores e utentes. Cria-se deste modo um espaço que naturalmente se apresentará como um reflexo da cidade e da sociedade.

Contudo, é evidentemente que a administração municipal tem um papel fundamental no respeito a este tipo de equipamentos/espacos da cidade. Importa então esclarecer de que forma a actuação municipal pode ser devidamente correctiva e eficaz:

- Sendo a Câmara o órgão de maior poder em cada município, esta será a entidade mais indicada para definir e programar os espaços e equipamentos públicos; no entanto, há que considerar a fusão das suas iniciativas com outras administrações não só pelo seu poderio e competências legais, mas também pela necessidade de co-financiar os projectos que estejam em causa.
- É fundamental a cooperação entre as diferentes entidades locais, assim como a criação de estruturas multidisciplinares onde se possam desenvolver programas e projectos para espaços e equipamentos públicos, fazendo do sector público um promotor e não simplesmente uma entidade reguladora.
- Não pode nunca ser negligenciada a necessidade de adaptar os programas a realidades sociais heterogêneas e a situações "micro-locais", que exijam intervenções oportunas e ao mesmo tempo integradoras relativamente à realidade envolvente.
- Existem cada vez mais iniciativas privadas ou mistas que assumem diversos aspectos dos equipamentos e espaços públicos, como a sua gestão, manutenção, patrocínio, vigilância, etc... Estas iniciativas poderão ter muitos aspectos positivos, mas é fundamental que não conduzam a uma progressiva e total privatização dos equipamentos e espaços públicos, pelo que se torna essencial que o município estabeleça normas de uso e de cedência adequadas.

⁶⁰GARRIGÓS, Rosa Campillo, *La Gestión y el Gestor del Patrimonio Cultural*, Ed. KR, Murcia, 1998 - pag. 171

- O programa estabelecido para este tipo de equipamento deve ser muito forte desde o seu início e ser defendido ao longo de todo o processo de desenvolvimento do mesmo, de forma a contribuir positivamente para o aumento da qualidade, atractividade, multifuncionalidade e capacidade de evolução da cidade.

Todas estas premissas justificam o debate aberto aos cidadãos e a interacção de diferentes disciplinas.

Em 1992, elaborando o documento base para a realização do concurso para a reabilitação do Mercado do Bolhão, a professora arquitecta Annie Gunther e o professor historiador Rui Tavares referiram os seguintes problemas:

“Os problemas que afectam hoje o Mercado do Bolhão não são, no entanto, apenas de desadequação às novas necessidades e hábitos de consumo da população. O mercado sofre, neste momento, de deficiências estruturais de base que só podem ser ultrapassadas com uma intervenção de fundo:

- a má acessibilidade automóvel à baixa portuense provocada e a inexistência de estacionamento de apoio ao mercado impossibilita aos utentes o abastecimento em grandes quantidades (...)
- a inexistência de um horário adequado e de uma localização apropriada para a realização de cargas e descargas, leva a que o seu abastecimento quotidiano provoque permanentes incómodos ao tráfego automóvel (...)
- a ineficácia da actual planificação do mercado cuja gestão diária não permite controlar o seu actual carácter caótico, de grande desconforto para o público utente e para os próprios vendedores.
- o mercado carece também de equipamento que solucione diversos níveis de problemas, como a exposição às condições atmosféricas (que levam actualmente a soluções de recurso bastante inestéticas), a ineficácia dos serviços de limpeza e o próprio desconforto dos vendedores e insegurança das mercadorias.
- o envelhecimento natural dos materiais de construção, que não possuem mecanismos de manutenção e conservação próprios, agravado pela infiltração de água ocorrida nos últimos anos nas suas fundações (...)
- o regime de horários actualmente em vigor não aproveita todas as potencialidades comerciais deste mercado, e está condicionado por questões de falta de segurança e equipamento que possibilitem o seu funcionamento em moldes mais alargados.”⁶¹

O Mercado do Bolhão em particular, e os mercados municipais de ar livre em geral, estão a ser comprimidos e empurrados para uma progressiva extinção por via de um domínio exagerado das grandes superfícies e de um descuido quiçá programado.

“Apesar deste panorama de mudança, o Mercado do Bolhão não se encontra ainda marginalizado pela população, devido essencialmente a dois factores: a sua localização numa área de grande movimento, tanto automóvel como pedonal, e de grande vocação comercial; a escassa população residente e a população que trabalha nas proximidades que continua a usufruir do mercado com

⁶¹ GUNTHER NONNEL, Annie; TAVARES, Rui *O Mercado do Bolhão: Estudos e Documentos*; org. Centro de Estudos da FAUP; coord. Annie Gunther Nonnel. Edição Câmara Municipal do Porto, Porto 1992 - pag 136/137

alguma comodidade e a evidente e carismática tradição comercial que o Mercado do Bolhão ainda possui para uma geração mais idosa que criou hábitos de abastecimento aos quais não está disposta a renunciar.”⁶²

A estes factores acrescento ainda o forte carácter simbólico aliado a um sentimento de tradição - sentimento de antigo hábito de consumo que sabe bem reviver e que é, de certo modo, nostálgico - que ainda é de grande significado para a população tripeira.

“Para milhares de pessoas do Porto, o Bolhão é o mercado que apresenta a maior variedade e a melhor qualidade e preço de produtos alimentares e é dos raros lugares onde ainda se compram alguns condimentos especiais, segredos de cozinha que contribuem para que a mesa familiar continue a ser local apetecível de convívio. Para outros, que até talvez já lá não entrem há anos, o Bolhão é uma referência de juventude, lugar querido por ser ponte de recordação de emoções e alegrias. Para muitos que lá passaram por qualquer razão, o Bolhão é uma forte imagem do Porto, que não se pode perder, um exemplo nítido do património que constrói a identidade duma cidade e o carácter dum povo.”⁶³

Sendo evidente uma necessidade de reabilitação/transformação, a questão que de imediato se coloca é o que se deve conservar para que o Mercado do Bolhão mantenha a sua alma:

- Deve conservar-se o seu ambiente, escala, a proximidade de pessoas e produtos - a atmosfera que lhe confere tão particular identidade;
- Salvar a sua tipologia única e “enculturar” os cidadãos para este facto, esclarecendo e informando sobre a unicidade de se tratar de um edifício-quarteirão, associado ao traçado da Rua Sá da Bandeira.
- Deve preservar-se a integridade formal e material do Mercado do Bolhão, ressaltando o seu sistema e técnica construtiva.
- Deve igualmente manter-se o seu uso e propriedade pública, aspecto que manterá vivas as “gentes” do Bolhão, que o encham de vida e pregões, marcos simbólicos da atmosfera tradicional deste mercado.

Assumidas as premissas anteriores, a postura que considero mais correcta e digna de relevância no que concerne à garantia de que este equipamento será um espaço de usufruto para todos, é a diversidade: diversidade de funções e de utilizadores. Favorecendo a multifuncionalidade, a diversidade deve também reflectir-se na apropriação do espaço público; diferentes colectivos minoritários por razões de idade, raça ou género (por exemplo) devem ser tidos em conta, de forma a criar usos ou mecanismos que favoreçam a interacção do maior tipo de público possível. Relativamente a esta questão, servem como exemplos, os Champs Elysées (Paris) à sexta-feira, sábado e domingo que se enche de jovens africanos, árabes e asiáticos, num tipo de convívio que acaba por resultar como absolutamente francês; o Parque da Ciutadella (Barcelona) que todos os

⁶² Idem

⁶³ OLIVEIRA DIAS, Eng. Luís, *Sentir e Pensar os Mercados e Feiras do Porto*, Câmara Municipal do Porto, Outubro 1992

domingos recebe largas centenas de pessoas de todas as idades, raças e costumes, num reboiço de diferentes práticas de actividades; ou ainda a Baixa Portuense que principalmente ao fim de semana se enche de gente jovem de várias nacionalidades, pertencentes a diferentes “tribos urbanas”, sendo já um assumido lugar de convívio nocturno.

O espaço de uso público deve então mostrar-se à cidade como o espaço das relações casuais ou habituais com os outros, lugar de jogos e brincadeiras, e como ponto de cruzamento das mais diversas rotas diárias. Favorecer este espaço público aumentando-lhe a sua qualidade espacial, estética e de conforto, faz crescer o sentimento de pertença ao lugar e promove as relações interpessoais.

Consciente de que não é possível estabelecer uma “fórmula mágica” que se verifique eficaz e correctiva em todas as situações, de forma genérica é necessário:

- Maior diversidade: os espaços de maior qualidade acolhem usuários de diferentes sexos e idades, pessoas sós ou acompanhadas, desempenhando actividades diversas e dinâmicas (compras, passeio, conversas, cultura ou descanso), tornado o edifício mais polivalente. Permite-se deste modo um permanente cruzar de imagens, de formas e de imaginários.
- Aumento do tempo de uso: os espaços de melhor qualidade permitem uma ocupação tanto diurna como nocturna, promovendo uma vez mais diferentes tipos de usos e de utilizadores. No caso concreto do Bolhão, uma forte programação cultural (por exemplo) revitaliza não só o edifício do mercado, mas toda a zona envolvente, criando um raio de influência alargado.
- Promover e facilitar a circulação, melhorando as acessibilidade e infra-estruturas: os espaços de melhor qualidade são igualmente pontos de confluência de circulações cruzadas e em diferentes direcções, nas quais se reflecte a ocupação intensiva (tanto no seu centro como na sua periferia) e uma fácil mobilidade.

Devem então ser criados projectos que se apresentem ao mesmo tempo como estratégicos (por terem a capacidade de prever quais serão os elementos chave para o sucesso), integradores (apelando à multidisciplinaridade dos sectores intervenientes) e bem desenhados (no sentido em que a forma urbana não faz sentido quando reduzida à soma de soluções arquitectónicas pontuais). Supõe-se, portanto, uma conjugação de medidas desenhadas e não desenhadas, das quais resultam novas formas físicas e novas formas de organização/utilização, na possibilidade de corrigir trajectórias anteriormente adoptadas e que se tenham revelado como não eficazes.

É objectivo que a inter e multidisciplinaridade se tornem práticas correntes, quer por partes dos projectistas, quer por parte das entidades competentes.

“Hacer ciudad es hacer comercio y hacer cultura, términos histórica y etimológicamente vinculados. Es decir, la ciudad es el lugar de los intercambios y de las identidades. La calidad del espacio público es el valor esencial de la ciudad, entonces en él se expresan, en el sentido más amplio y ambicioso, comercio y cultura. Como ya hemos dicho, afirmamos que el lujo del espacio público no es lujo sino que es inversión económica y justicia social.”⁶⁴

⁶⁴ BORJA, Jordi y MUXÍ, Zaida, *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía*, Electa, 2003 - pag 3/77

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, José, *Cor e Cidade Histórica: Estudos Cromáticos e Conservação do Património*. FAUP Publicações, Porto, 2005

ALARCÃO, Jorge, *A arquitectura dos mercados romanos*, Mínia, Braga, 1983

ALMEIDA, Carlos A. Ferreira, *Património – O seu entendimento e a sua gestão*. Porto 1998

ALMEIDA, Carlos A. Ferreira, *Património – Riegl e hoje*. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, II, X. Porto, 411, 1993

ALVÃO, *A Cidade do Porto na Obra do Fotógrafo Alvão 1872:1946*, Edição da Fotografia Alvão, Porto, 1984

ANTUNES, Catarina, *Património Edificado - a Autenticidade da Memória*, in www.quintacidade.com

BOHIGAS, Oriol, *Arquitectura y Ciudad: Vanguardia y Continuidad*. Edición C.O.A.V.y M. Valencia, 1980

BOHIGAS, Oriol, *Arquitectura, História y Teoría de los Signos: El Symposium de Castelldefels*. Edición C.O.A.C.B, Barcelona, 1974

BORJA, Jordi y MUXÍ, Zaida, *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía*, Electa, 2003

CULLEN, Gordon, *Paisagem Urbana*. Edições 70, Lisboa, 1984

Dicionário da Língua Portuguesa - 8ª edição revista e actualizada, Departamento de Dicionários da Porto Editora, 1999

FATHY, Hassan, *Architecture For the Poor*, Steele Academy Editions, 1973

FIGUEIRINHAS, Mário, *Porto Margens do Tempo*, Livraria Figueirinhas, Dezembro 1994

GALVÃO, Andreia, *Contributos para um modelo sustentável de gestão e conservação do património arquitectónico*, in *DisegnareCon*, Dezembro 2008

GARRIGÓS, Rosa Campillo, *La Gestión y el Gestor del Patrimonio Cultural*, Ed. KR, Murcia, 1998

GASPAR, Ana Sofia, *Requiem pela Anja*, Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto 2008

BIBLIOGRAFIA

- GONSALES, Célia Helena Castro, *Reflexão sobre rearquitecturas e obras modernas – ou, por que o pavilhão sim e a stoa não?* In *O Moderno Já Passado | O Passado No Moderno*, Anais do 7º Seminário DOCOMOMO Brasil, Porto Alegre, Outubro 2007
- GUNTHER NONNEL, Annie; TAVARES, Rui *O Mercado do Bolhão: Estudos e Documentos*; org. Centro de Estudos da FAUP; coord. Annie Gunther Nonnel. Edição Câmara Municipal do Porto, Porto 1992
- JOAQUIM, Carla, *Mercados Municipais – Região Norte*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto 1999/2000
- LENIAUD, Jean.Michel, *L’Utopie Française – esai sur le patrimoine*. Paris ,1992
- LENNE, Frédéric, *Paris - Les Halles*, Edição Frédéric Lenne, Paris, 2004
- LYNCH, Kevin, *A Boa Forma da Cidade*. Edições 70, Lisboa, 1999
- LYNCH, Kevin, *A Imagem da Cidade*. Edições 70, Lisboa, 1999
- MARTI ARÍS, Carlos, *Las variaciones de la identidad: ensayo sobre el tipo en arquitectura*, Serbal, Barcelona, 1993
- NORBERG-SCHULZ, Christian, *Architecture: Presence, Language and Place*. Skira, Milão 2000
- NORBERG-SCHULZ, Christian, *Existencia, Espacio y Arquitectura*. Blume, Barcelona, 1975
- NORBERG-SCHULZ, Christian, *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*. Rizzolli, New York, 1980
- NORBERG-SCHULZ, Christian, *Intenciones en Arquitectura*. Gustavo Gili, Barcelona, 1998
- OLIVEIRA DIAS, Eng. Luís, *Sentir e Pensar os Mercados e Feiras do Porto*, Câmara Municipal do Porto, Outubro 1992
- PACHECO, Helder, *Regressar ao Porto*, Âncora Editora, Lisboa, Novembro 2000
- PALMESINO, John, *Prototipo nº7*

BIBLIOGRAFIA

PINTAUDI, Silvana Maria, *Os Mercados Públicos: Metamorfoses de um espaço na história urbana*, Universidad de Barcelona, 2006

PORTAS, Nuno, *Arquitectura(s). Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, FAUP Publicações, 2005

PORTAS, Nuno, *Arquitectura: Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*. FAUP Publicações, Porto, 2005

Processo Concurso 1992 Mercado do Bolhão - Câmara Municipal do Porto

RICHARDSON, John, *Covent Garden - A Brief History*, in www.conventgardenlife.com

RIEGL, Alois, *El Culto Moderno de los Monumentos, su Carácter y sus Orígenes*. Edición Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Sevilla, 2007

SIZA, Álvaro, *Imaginar a Evidência*, Edições 70, Lisboa, 200

TRANCRONE, *Mercado do Bolhão Apresentação e Esclarecimento*, TCN Properity Projects, 11 de Março de 2008

TRIGUEIROS, Luis, *Fernando Távora*, Editorial Blau, Lisboa, 1993

<http://disegnarecon.cib.unibo.it/article/view/1377/826>

www.architecture.blogger.com.br

www.afmrn.blogspot.com

www.cm-porto.pt

www.dre.pt

www.igespar.pt

www.ippar.pt

www.jnoticias.pt

BIBLIOGRAFIA

www.joaquimmassena.com/home.asp#

www.manifestobolhao.blogspot.com

www.mercadodobolhao.com

www.porto.taf.net

ZEVI, Bruno, *Saber Ver a Arquitetura*, Martins Fontes, São Paulo, 1996

ZUMPHOR, Peter, *A Way of Looking at Things* in *Thinking Architecture*, Birkhäuser, 1993

5

ÍNDICE DE IMAGENS

- Fig. 1 Rita Barata Castro, Porto, 2009
- Fig. 2 Rita Barata Castro, Barcelona, 2008
- Fig. 3 MARTI ARÍS, Carlos, *Las variaciones de la identidad: ensayo sobre el tipo en arquitectura*, Serbal, Barcelona, 1993
- Fig. 4 *Reflexão sobre rearquiteturas e obras modernas – ou, por que o pavilhão sim e a stoa não?* In *O Moderno Já Passado | O Passado No Moderno*, Anais do 7º Seminário DOCOMOMO Brasil, Porto Alegre, Outubro 2007
- Fig. 5 Idem
- Fig. 6 ALARCÃO, Jorge, *A arquitectura dos mercados romanos*, Mínia, Braga, 1983
- Fig. 7 *Paris - Les Halles*, Edição Frédéric Lenne, Paris, 2004
- Fig. 8 Rita Barata Castro, Porto, 2009
- Fig. 9 Teresa Moura, 2009
- Fig. 10 *Fernando Távora*, Editorial Blau, Lisboa, 1993
- Fig. 11 Idem
- Fig. 12 Ibidem
- Fig. 13 *O Mercado do Bolhão: Estudos e Documentos*; org. Centro de Estudos da FAUP; coord. Annie Gunther Nonnel. Edição Câmara Municipal do Porto, Porto 1992
- Fig. 14 Idem
- Fig. 15 Ibidem
- Fig. 16 Ibidem
- Fig. 17 Ibidem
- Fig. 18 Ibidem
- Fig. 19 *Porto Margens do Tempo*, Livraria Figueirinhas, Dezembro 1994
- Fig. 20 *A Cidade do Porto na Obra do Fotógrafo Alvão 1872:1946*, Edição da Fotografia Alvão, Porto, 1984
- Fig. 21 Idem
- Fig. 22 Ibidem
- Fig. 23 *O Mercado do Bolhão: Estudos e Documentos*; org. Centro de Estudos da FAUP; coord. Annie Gunther Nonnel. Edição Câmara Municipal do Porto, Porto 1992
- Fig. 24 www.joaquimmassena.com/home.asp#
- Fig. 25 Idem
- Fig. 26 Ibidem
- Fig. 27a, 27b e 27c *Mercado do Bolhão Apresentação e Esclarecimento*, TCN Prosperity Projects, 11 de Março de 2008
- Fig. 28 *EXPRESSO*, 1 de Março de 2008, p. 66
- Fig. 29. Rita Barata Castro, Porto, 2009
- Fig. 30 GoogleEarth com notas de Rita Barata Castro, 2009
- Fig. 31 Idem
- Fig. 32a, 32b, 32c e 32d Rita Barata Castro, Porto, 2009
- Fig. 33a e 33b Idem

Fig. 34a, 34b e 34c Ibidem

Fig. 35 Ibidem

Fig. 36 Rita Barata Castro, Porto, 2007

Fig. 37 Rita Barata Castro, Porto, 2009

Fig. 38 GoogleEarth com notas de Rita Barata Castro, 2009

Fig. 39 Rita Barata Castro, Barcelona 2008

Fig. 40 Idem

Fig. 41 Ibidem

Fig. 42a e 42b Ibidem

Fig. 43a e 43b Rita Barata Castro, Porto, 2009

Fig. 44 Idem

Fig. 45 www.convvetgardenlondonuk.com

Fig. 46 www.thelondontraveler.com/market-monday-covent-garden/

Fig. 47a e 47b *Paris - Les Halles*, Edição Frédéric Lenne, Paris, 2004

Fig. 48 Teresa Moura, Paris, 2009

Fig. 49 GoogleEarth com notas de Rita Barata Castro, 2009

6

AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTOS

Agradeço o cuidado e paciência dos meus pais, o apoio das minhas amigas e o acompanhamento do Arq. Manuel Correia Fernandes.